

# PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XXXIX • Nº 406  
Brasília-DF • Junho/Julho 2018

## “ESSE GUYRAROKA AQUI É NOSSO”

Em caso emblemático, portaria da Terra Indígena Guyraroka foi anulada em 2014 pela Segunda Turma do STF, com base na tese restritiva do marco temporal e sem jamais ouvir a comunidade. Povo Guarani e Kaiowá luta para reverter quadro

Páginas 8, 9, 10 e 11

As eleições e os povos indígenas

Páginas 4, 5, 6 e 7

“Estamos vivendo hoje uma favelização da Amazônia”: entrevista com Danicley de Aguiar, do Greenpeace

Páginas 14 e 15



# Greve de fome: uma narrativa popular de luta

**V**ilmar Pacífico, Zonália Santos, Luiz Gonzaga (Gegê), Rafaela Alves, Jaime Amorim e Frei Sérgio Görden iniciaram, em Brasília, no final do mês de julho, uma greve de fome por justiça no Supremo Tribunal Federal (STF). São militantes com longas jornadas de lutas nas fileiras dos movimentos populares; há décadas ajudam a fortalecer a democracia defendendo de forma abnegada a justiça social.

Estes militantes talvez nem esperem uma vitória: justiça para o arbítrio sofrido pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva e pelos povos do país com os arrochos e desmandos de Michel Temer. Sabem que vivemos, após o impeachment, em um estado de exceção. Não são ingênuos. A grande luta desta greve é a indução de uma narrativa popular de luta num cenário em que é imperativo reagir, voltar a disputar corações e mentes na base.

Frei Sérgio Görden assim definiu o protesto: “A greve de fome que a gente está realizando é contra a fome. É para que outros não passem fome. A fome é uma tragédia e a fome coletiva é uma tragédia coletiva. E, felizmente, o Brasil, depois de muitos anos, superou o drama da fome. Por isso que a greve de fome é uma denúncia pela volta da fome, das epidemias, pela volta da mortalidade infantil”.

Recentemente tivemos também uma outra luta travada com greves de fome como protesto. Frei Luiz Cappio fez duas greves de fome pela distribuição da água no Nordeste “por adutoras simples e captação da água de chuva, contra o projeto faraônico dos imensos canais que favorecem mais às empreiteiras que ao povo necessitado de água”, como explica Roberto Malvezzi, o Gogó, da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Frei Cappio sensibilizou o mundo, menos o governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva. São as voltas que a história costuma oferecer, não sem ironia e tragédia. Alguns dos apoiadores da atual greve, entre eles Gilberto Carvalho, estavam encastelados no Palácio do Planalto criticando Frei Cappio e insistindo nas obras da Transposição do Rio São Francisco, contrariando movimentos populares que apresentavam outras saídas para a questão da distribuição de água.

A greve de fome, portanto, instala uma necessária auto-crítica no interior da esquerda que embarcou cega numa ideia de que no governo federal estavam agindo para o povo, podendo assim firmar quaisquer atitudes, medidas e alianças, e não buscaram estar com o povo, mandando e obedecendo, como bem cobrou um dos grevistas, Jaime Amorim, do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), durante as visitas de apoiadores e apoiadoras aos grevistas.

Deste modo, a greve de fome tem uma vitória fundamental: radicaliza uma ideia contrária ao legalismo que tomou conta dos projetos políticos dos movimentos sociais. Não é possível mais acreditar na institucionalização do fazer democrático com o Estado que aí está, tomado por um projeto anti-povo, e sob fogo cruzado de uma correlação de forças indefinida ante a quebra do pacto conservador, ocorrido em 2013, onde as forças políticas deste campo esgarçam as narrativas políticas à direita para caber na sanguínea aventura fascista-neoliberal em curso.

A greve de fome é uma narrativa popular de luta. É preciso aprofundá-la e radicalizá-la.

## Porantinadas

### Descumprimento completa um ano

O Ministério Público Federal (MPF) recomendou à Fundação Nacional do Índio (Funai), em 25 de maio de 2017, que registrasse as 30 terras indígenas já demarcadas e homologadas em todo território nacional, pendentes de averbação em cartórios de imóveis. Nada foi feito. Ao contrário, ganhou força o discurso do arrendamento de terras indígenas na própria Funai, a desregulamentação completa do direito à terra. A Funai estima que 8% das 426 terras indígenas tradicionalmente ocupadas já regularizadas não se encontram na posse plena das comunidades indígenas, sendo alvo de conflitos violentos.

### Uma bancada de investigados

Dos 178 deputados federais que respondem a ações penais ou inquéritos, 68 (38,2%) são integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). O projeto De Olho nos Ruralistas fez esse recorte de dados a partir de levantamento elaborado em maio pelo site Congresso em Foco, que utilizou informações do Supremo Tribunal Federal (STF). Ao todo, são 373 processos na Justiça contra os 178 parlamentares, um terço da Casa, que abriga 513 deputados. Esses integrantes da bancada do agronegócio respondem por 152 (38,2%) dos processos. A porcentagem aumenta para pelo menos 43% – tomando-se apenas casos mais notórios – quando são incluídos ruralistas que não fazem parte da FPA.

### A natureza e a sociedade a serviço do privado

O Senado Federal aprovou o Projeto de Lei (PLS 206/2007) que reduz em 35% a Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, em Rondônia. A proposta é do senador Valdir Raupp (MDB-RO). Caso não haja recurso para análise em Plenário, a matéria segue para a Câmara dos Deputados. A reserva perderá 20.462 hectares. O senador compensa essa redução por meio da ampliação da Resex do Lago Cuniã, também localizada no estado de Rondônia, em 24.055,16 hectares.

O BRASIL HERDOU A  
 INDOLÊNCIA DOS INDÍGENAS  
 E A MALANDRAGEM  
 DOS AFRICANOS...



.. E A INTELIGÊNCIA  
 DO MOURÃO...





# Novas candidaturas, velhos desafios

Por Carmela Zigoni, assessora política do Inst. de Estudos Socioeconômicos (Inesc)

O perfil das candidatas e candidatos às Eleições 2018 apresenta alguma mudança em relação ao último pleito em 2014, mas os desafios às candidaturas de mulheres, negros, negras e indígenas continuam.

## As mulheres ainda são minoria nas Eleições

Do total de 27.835 candidaturas para todos os cargos, 69% são de homens e apenas 31% de mulheres. Os partidos com maior quantidade de mulheres são o PMB (39,42%) e o PSTU (38,39%), e os que contam com menor número de mulheres são o PSL (28,29%), PPL (28,31%) e o DEM (28,38%).

No segmento juventude, a proporção de mulheres é maior: elas são 51% na faixa de 20 a 24 anos (242 candidatas) e 44% na faixa de 25 a 29 anos (435 candidatas). Os homens são maioria nas faixas de 65 a 69 anos, com 74% (913 candidatos) e 72% na faixa de 60 a 64 anos (1.671 candidatos).

Se considerarmos os candidatos entre 30 e 59 anos (21.964 candidaturas), a média é a estipulada pelas cotas previstas na Lei 9.504/97: proporção de 70% homens para 30% mulheres, lembrando que a faixa de 40 a 54 anos concentra o maior número de candidaturas (13.021).

Com relação à proporção de mulheres por cargo concorrido, observa-se sua baixa presença, muito menos do que o mínimo de 30%, em cargos como governador (14,57%), presidente (15,38%) e senador (17,24%). Já para o Legislativo, a média se mantém nos 30% definidos pela Lei.

## Mulheres negras e indígenas

Em relação aos números de 2014, cresceu em 70% o número de candidatas que se autodeclararam pretas: de 679 para 1.153. O aumento de candidatas pardas foi



Sônia Guajajara é co-candidata à Presidência ao lado de Guilherme Boulos: a primeira mulher indígena a concorrer ao posto máximo da República

um pouco menor (23%): de 2.328 para 2.862, acompanhando o crescimento geral das candidaturas. Porém, ao olharmos para o universo das candidaturas, que também cresceu, em 22% (de 22.907 em 2014 para 27.835 em 2018), a proporção de mulheres negras se manteve relativamente estável: de 13% em 2014 para 14% em 2018. Considerando que as mulheres negras (pretas + pardas) representam 25% da população brasileira, o número de candidatas continua aquém da representatividade.

Das 13 candidaturas para a presidência da república, apenas duas candidatas registradas se declaram negras: Marina Silva, da Rede Sustentabilidade, e Vera Lucia, do PSTU; além da candidatura indígena de Sonia Guajajara à vice-presidência pelo PSOL.

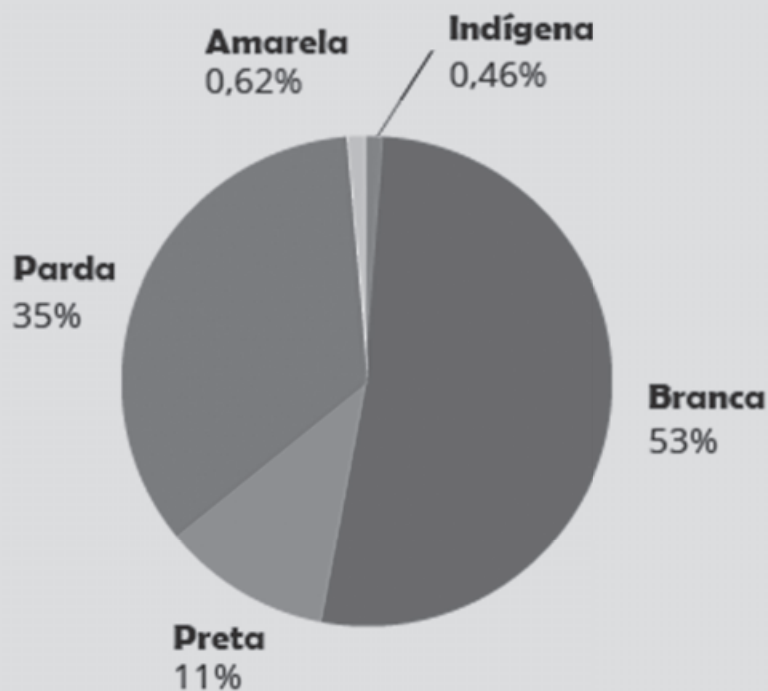
Considerando a autodeclaração a partir das categorias do IBGE quanto à raça/cor, do total de candidatas, 16% são brancas (4.417 candidatas), 4% pretas (1.153), 10% pardas (2.862) e somente 0,24% amarelas (66) e 0,17% indígenas (47). Verificou-se leve aumento nas candidaturas de mulheres brancas, de 14% para 15% (em 2014 foram 3.512 candidatas). Houve pequena queda nas candidaturas de homens brancos, de 40% em 2014 para 37% em 2018.

## Presença de negros e indígenas no pleito

Os candidatos autodeclarados indígenas aumentaram em 59% em relação ao pleito anterior, passando de 81 para 129 candidatos.

Se considerarmos negros a somatória de pretos e pardos, o total de candidaturas é de 46% - 14% de mulheres negras e 32% homens negros (destes, 7% se declararam pretos e 25% pardos) - um discreto cres-

Eleições 2018 - Candidaturas por raça/cor para todos os cargos



→ cimento em relação a 2014, quando as pessoas negras representaram 44% do total.

Os negros (pretos + pardos) representam mais de 51% das candidaturas nos partidos PATRI (51,72%), PCdoB (55,74%), PHS (53,12%), PMB (54,12%), PMN (51,67%), PRP (52,89%), PPL (53,18%), PSC (54,33%), PSOL (54,29%), PSTU (53,55%), PTC (54,79%), SOLIDARIEDADE (51,37%) e REDE (54,26%). O partido com menos representantes negros é o NOVO (14,49%). O MDB conta com 36,32%, de pretos e pardos, o PSDB 32,72% e o PT 49,32%.

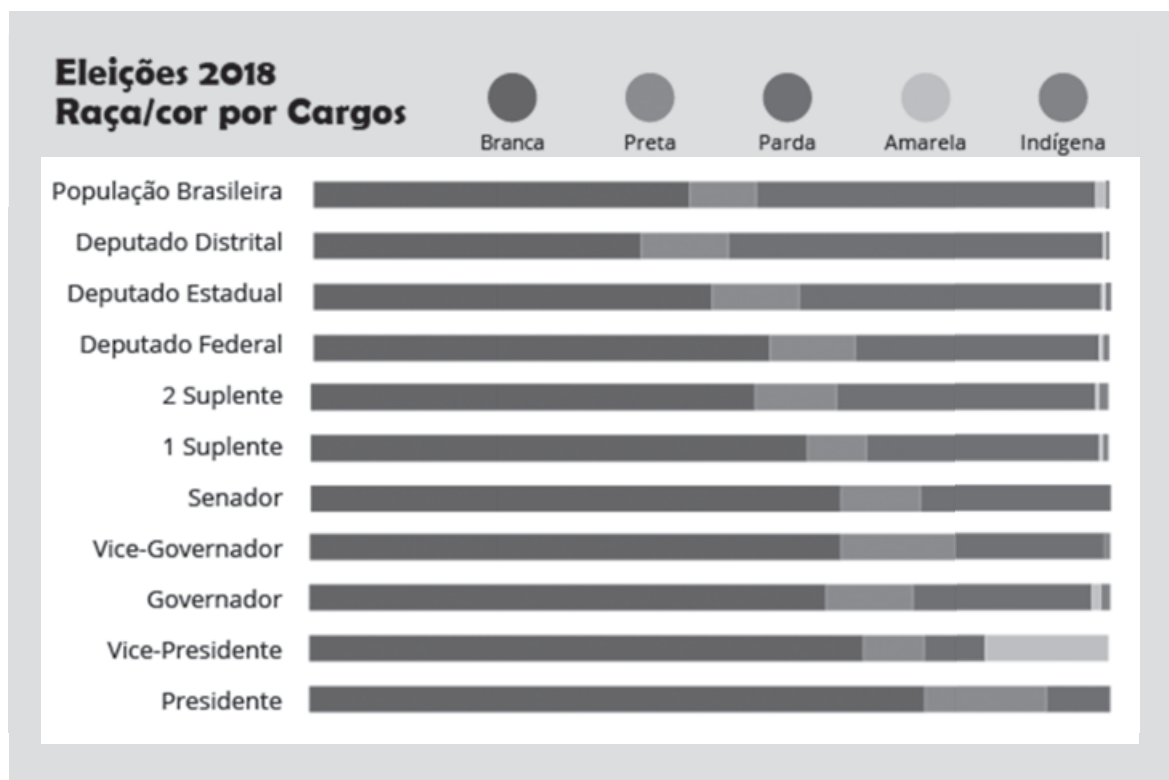
No que se refere aos cargos, candidatos pretos, pardos e indígenas estão mais concentrados nas candidaturas para deputado estadual e federal, e os brancos são maioria para o Senado, governos e Presidência.

Com relação aos estados, somente Goiás não tem candidatos que se autodeclaram indígenas. O maior número de candidaturas neste grupo se encontra em Roraima (20), Amazonas (17) e Ceará (10). Os que se autodeclaram pretos estão mais presentes no Rio de Janeiro (558), São Paulo (400), Minas Gerais (258) e Bahia (251). Considerando pretos e pardos, os estados com maior número de candidaturas de negros e negras é o Rio de Janeiro, com 1.685 candidaturas, seguido de São Paulo, com 1.008.

### Diversidade nas candidaturas

Além do aumento em números absolutos de mulheres negras e indígenas no pleito, outra mudança positiva foi o reconhecimento, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do nome social de pessoas trans. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), são 43 candidaturas de pessoas trans para os cargos de deputado estadual e federal, em 18 estados do Brasil.

Com relação às candidaturas quilombolas, ainda que as categorias do IBGE não contemplem este grupo populacional, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) informou que serão 6 candidaturas quilombolas, sendo 5 de mulheres: Piauí, Goiás e Sergipe (deputado estadual);



Maranhão e Rio de Janeiro (para deputado federal), pelos partidos PT (2), PSOL (2) e PSB (1).

### A necessária reforma do sistema político

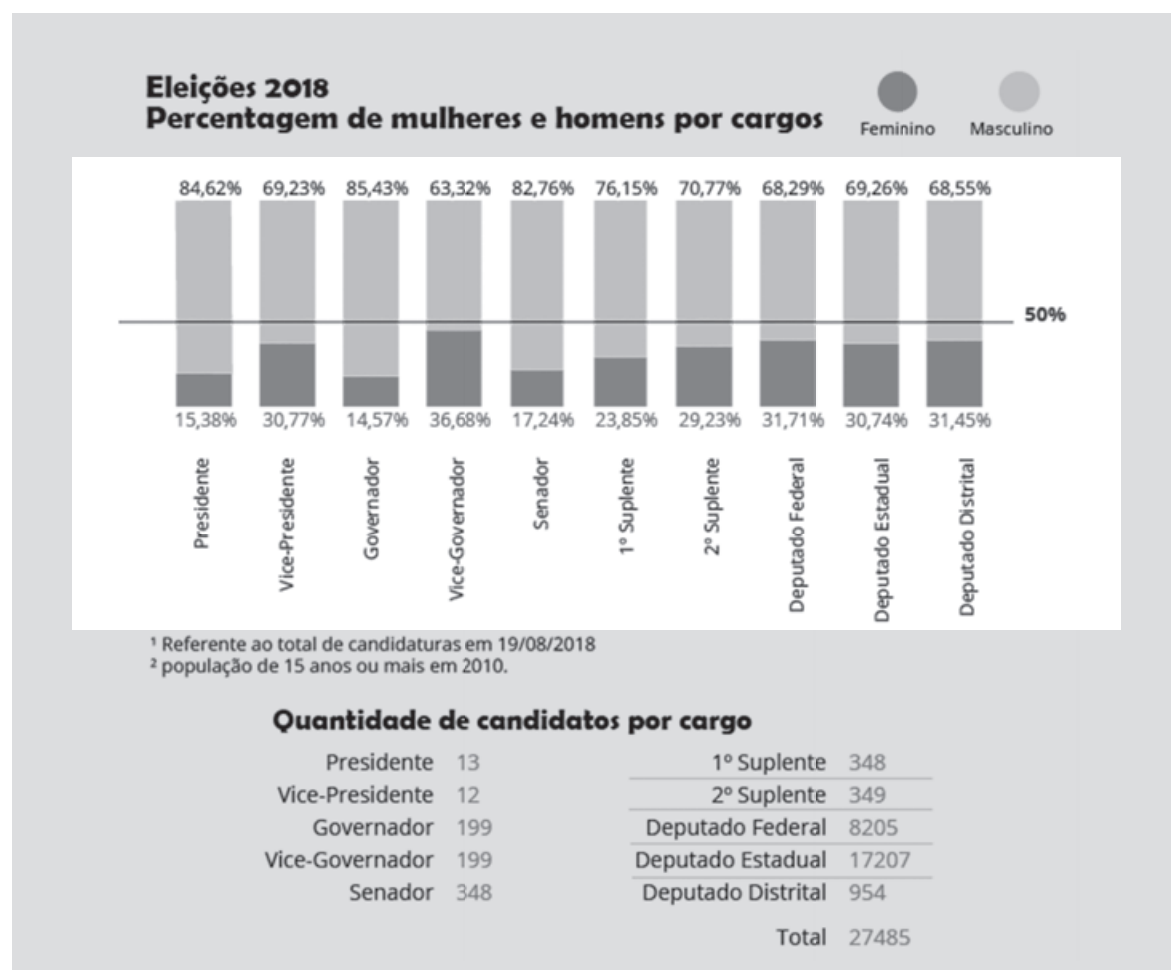
Assim, ainda que possamos identificar candidaturas mais plurais do ponto de vista da diversidade étnico-racial e de gênero, novos(as) candidatos(as) enfrentarão um sistema eleitoral que continua jogando contra a democratização dos espaços de poder. Em 2014, por exemplo, das 30% candidatas mulheres, somente 10% foram eleitas para o Parlamento. Destas, menos de 4% eram negras (pretas e pardas). Elas enfrentam o machismo e o racismo nas campanhas, e também são as candidatas com menos recursos para divulgar suas propostas aos eleitores.

Em relação ao recorte de raça/cor, embora o balanço racial das candidaturas se aproxime um pouco mais do perfil da população brasileira, no voto a situação muda, pois o racismo e o machismo operam também na hora da escolha pelos eleitores e se concretiza em espaços de poder ocupados majoritariamente por brancos.

Como vimos, nem todos os partidos cumpriram a cota de 30% de mulheres no pleito. As candidatas são, em geral, mais jovens e disputam os cargos de deputada estadual e federal, havendo muito menos mulheres candidatas para ocupar o Senado, os governos estaduais e a Presidência. O mesmo ocorre ao considerarmos o perfil étnico-racial. Uma estratégia adotada pelos partidos para dialogar com as eleitoras parece ter sido garantir mulheres no lugar de vice ou suplente.

Vitória dos movimentos sociais, o fim do financiamento empresarial de campanhas é uma realidade, mas não veio acompanhada de mecanismos de financiamento público que equilibrem o jogo: candidatos com patrimônio e renda altos acabarão se beneficiando do novo modelo. Isso porque o fundo público criado usa os mesmos critérios de partilha que o fundo partidário e tempo de TV, favorecendo os grandes partidos. Outro desafio para a maioria das candidaturas, especialmente as novas, é dialogar com o eleitor que não vota em ninguém: a soma de abstenções, brancos e nulos representou cerca de 29% do eleitorado em 2014 e 32,5% em 2016. Iniciativas inovadoras têm surgido para enfrentar este cenário, como a plataforma Mulheres Negras Decidem e as candidaturas coletivas.

Em 2014, demonstramos como o Congresso Nacional eleito se assemelhava em muito às casas grandes do período colonial brasileiro: branco, masculino, proprietário; além de machista e comprometido com bancadas econômicas e religiosas. Assistimos à forma como, desde então, estes parlamentares têm atuado, compactuando com a violação de direitos de mulheres, juventude negra, LGBTI, indígenas e quilombolas, e também contra os trabalhadores e grupos mais pobres da sociedade. Neste sentido, podemos afirmar que sem uma reforma ampla e participativa do sistema político, pouco ou nada avançaremos em termos de representatividade, diversidade e superação das desigualdades no processo eleitoral brasileiro. ♦



\* Tratamento da base de dados realizado por: Nailah Veleci, Consultoria em Estatística.



# Novos rumos possíveis para a política no Brasil

Por Gilberto Vieira dos Santos, Secretariado Nacional - Cimi

A expressão “novos rumos” foi cantada por um dos grandes nomes da música brasileira, Paulinho da Viola. Na música, cujo título é justamente *Novos Rumos*, o artista diz: “*Vou imprimir novos rumos ao barco agitado que foi minha vida. Fiz minhas velas ao mar, disse adeus sem chorar e estou de partida. Todos os anos vividos, são portos perdidos que eu deixo pra trás. Quero viver diferente, que a sorte da gente é a gente que faz.*” “Eu sou o Novo” e “Trarei o desenvolvimento”, como todos e todas sabemos, são frases de efeito duvidoso comuns em anos eleitorais. Algo bem diferente da letra de Paulinho da Viola.

Mas recorro ao nosso indispensável cantor, nestes tempos duros e de urgente poesia, para uma breve reflexão sobre os rumos políticos que esperamos para o Brasil, sob o curso atual das naus das campanhas eleitorais. Esperar, a propósito, é mais uma força de expressão porque não estamos sentados “no trono de um apartamento, com a boca escancarada, cheias de dentes, esperando a morte chegar”, como cantou nosso querido Raul Seixas. As batalhas são diárias. Sim, estamos a analisar e ouvir propostas de candidatos e candidatas à Presidência da República, enquanto nos mobilizamos nas ruas para que injustiças sejam reparadas e direitos fundamentais não sejam apenas letrinhas miúdas que os governantes não lêem quando assumem o compromisso público.

Em um breve resgate do que se planejou e se aplicou ao país e à maior parte da América Latina, vemos que a perspectiva de um suposto desenvolvimento, baseado em um suposto crescimento econômico, trouxe até hoje apenas o sacrifício de muitos, que sequer receberam seus resultados. Esta perspectiva de desenvolvimento nos foi imposta há décadas, desde que Harry Truman, então sentando na cadeira de presidente dos Estados Unidos (1945-1953), nos classificou entre os “subdesenvolvidos”. Desde então, os presidentes dos EUA nunca se afeiçoaram à ideia de sairmos desta lista criada a partir de referenciais questionáveis e com intenções de aprisionar corações, mentes e economias.

O Brasil e outros agraciados por Truman, a partir daquele momento, se colocaram na corrida rumo ao almejado desenvolvimento. Se nos deram uma doença imaginária, fomos atrás de um antídoto real. Governos ditatoriais e governos mais progressistas, ambos tagarelas quanto aos seus intentos nacionalistas, jamais questionaram o conceito e apensaram a projetos e superintendências criados para “desenvolver” regiões que potencialmente nos levariam ao primeiro mundo e eram símbolos de atraso, habitadas por selvagens e inóspitas.

A região amazônica, por exemplo, recebeu uma “atenção especial”. Precisava se tornar uma referência de pujança, de “juventude para frente” (termo bastante utilizado pela ditadura militar) e de como o Golpe de 1964 faria do Brasil uma potência em pouco tempo. O mesmo não se aplicou aos seus moradores, vistos com empecilhos ao tal desenvolvimento e, por isso, como um espinho que dificultaria o bom caminhar dos projetos, deveriam ser extirpados ou, quando muito, promovidos ao cargo de mão de obra barata.

Passadas décadas, a mesma perspectiva ainda impera: desenvolvimento pede crescimento econômico, que demanda exploração, que se faz explorando bens naturais, negando-se direitos, extirpando ou explorando populações. Se para os militares estas populações deveriam servir de mão de obra barata, para governos mais progressistas indígenas, quilombolas, pescadores e ribeirinhos a glória seria alçarem-se ao posto de proletários. Uma massa crescente de assalariados empobrecidos e consumidores, amontoados em conjuntos habitacionais ridiculamente pequenos. Nada de novo sob o sol, seja no Brasil, seja



Povos indígenas realizam protesto em Brasília durante o Acampamento Terra Livre (ATL) 2018: sensibilizar as instituições e lutar por direitos

na Argentina, no Equador, na Bolívia e em outros países latino-americanos.

A dura comprovação desta busca está na abertura de estradas, exploração mineral, construção de hidrelétricas e outras “obras para o desenvolvimento” nestes países, em flagrante violação a convenções internacionais e violando direitos de indígenas, ribeirinhos, quilombolas e de outras populações.

O ecólogo e pensador uruguaio Eduardo Gudynas, analisando este histórico recente, afirma que é necessário ir pala além do desenvolvimento, questionando, inclu-

sive, o próprio termo e não fazendo, como alguns que o adjetivam para amenizar o peso do termo, cunhando amenidades como “desenvolvimento sustentável”, “desenvolvimento participativo”, “harmônico”. Como Gudynas, outros pensadores afirmam que é necessário ir *más allá del desarrollo*, ou seja, é preciso ir para além do desenvolvimento.

Creio que este poderia ser um dos principais desafios que os candidatos a todos os cargos (serviços?) deveriam assumir: trabalhar para que o país se reconstrua para *novos rumos*, em busca de outros mares, na alegoria do cantor em epígrafe. Esta perspectiva nos tornaria livres de outros projetos como Belo Monte, mais conhecido pelo que de fato significou para os povos do Pará: Belo Monstro. Indiscutivelmente, o empreendimento violou - e viola-os direitos dos povos e da natureza, impacta a vida presente e futura, além de abrir margens para a exploração mineral de ouro, na Volta Grande do Xingu, praticada pela Belo Sun, mineradora que já viola direitos, como apontou levantamento e relatório do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Na mesma toada vimos as inúmeras denúncias e até a radical manifestação de Dom Luís Cappio, que em defesa do rio São Francisco e de seus povos. O religioso submeteu-se a uma greve de fome por 22 dias, manifestação totalmente desconsiderada pelos promotores da transposição do rio, durante o governo do retirante Luís Inácio Lula da Silva, que impôs a transposição em detrimento da revitalização, defendida pelos povos da região.

Não diferente, mas com rumo desviado ao abismo, o governo federal atual, maître do agronegócio, fortaleceu as iniciativas dos promotores do desenvolvimento para alguns, configurado, principalmente, pelo apoio e trocas de favores com os ruralistas. Aliás, a aliança de Temer com o setor ruralista ficou mais que evidenciada na recente publicação da revista OKARA, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A publicação afirma que “aspectos do golpe parlamentar de 2017 já →



Os candidatos a todos os cargos deveriam trabalhar para que o país se reconstrua para novos rumos

→ foram discutidos por pesquisadores de diversas áreas. Com a nova edição da revista, a questão agrária, em várias das suas dimensões, é detalhada levando em conta o processo de mercantilização acelerado pelo atual governo, que retira direitos de populações do campo”.

Esta mesma visão desenvolvimentista está expressa na fala de candidatos à Presidência, que pretendem acabar com a crise atual à base de desenvolvimentismo, no caso dos mais progressistas, ou privatizando tudo o que for possível, conforme os projetos dos candidatos de direita e extrema-direita. E não podemos esquecer que dois candidatos, Geraldo Alckmin e Ciro Gomes, escolheram ruralistas para composição de chapa: respectivamente Ana Amélia e Kátia Abreu. Ambas, por sinal, representantes do agronegócio e defensoras do “desenvolvimento”, bem como próximas a políticos e governos à esquerda (Kátia Abreu chegou a ser ministra de Dilma Rousseff e Ana Amélia apoiou, nas eleições de 2012, Manuela D’Ávila, possível vice de Haddad, caso Lula tenha a candidatura cassada).

Até o protótipo de ditador, que afirma aos quatro ventos que se eleito rasgará todas as leis que nossa frágil, e já na UTI, democracia construiu, vem tecendo elogios babosos aos ruralistas. Por isso, mais do que nunca, é necessário ficar De Olho nos Ruralistas, independente de seus cargos no Poder Executivo.

Novos rumos, para além do desenvolvimento, deveriam nos aproximar do *Sumak Kawayay*, o Bem Viver, proposto pelas culturas indígenas, cuja base se faz em respeito à natureza, reconhecida não como algo externo, mas que nos inclui. Novos rumos demandam por reconhecimento dos direitos daqueles que nos antecederam aqui, dos povos indígenas, dos explorados e escravizados resilientes, apesar dos séculos de exploração e violência; significa garantir, com afirma o Papa Francisco, terra, teto e trabalho digno para todas as pessoas. Se trata de construir projetos em que os povos, os pobres e os “não inclusos” não sejam objeto, mas sujeitos e partícipes na construção. Novos rumos devem partir do princípio de que os bens da natureza não estão à nossa disposição

para a pilhagem irresponsável, mas, como bens, demandam cuidado.

Quem sabe, mesmo que a passos lentos, chegaremos ao que Gudynas denominou de “pós-extratativismo”, no qual retiraremos da natureza somente o estritamente necessário, com respeito e cuidado que possibilitará estabelecer também relações de respeito e cuidado com a sua “porção humana”. Para além das pechas e das falsas soluções vindas do Norte, que nos impuseram um “sub”, que possamos fazer e traçar os caminhos da nossa própria sorte.

Por fim, não menos importante, dar novos rumos à esta nau chamada Brasil passa pela construção de uma sociedade onde ninguém mais passe fome involuntária, como mais de um milhão hoje, ou voluntariamente, como os militantes em greve de fome por 26 dias, por justiça e democracia. Rafaela, Zonália, Sergio, Luiz, Jaime, Vilmar e Leonardo representam a “fome de justiça” pela qual muitos de nós hoje passamos. Minha incondicional solidariedade a essas pessoas.



Guilherme Cavalli/MNI



Guilherme Cavalli/MNI

À direita, Kerexu Yxapyry Guarani, da Terra Indígena Morro dos Cavalos, é uma das mulheres indígenas candidata nestas eleições

## Aldeia na política de forma consciente

Por Cimi Equipe Sul e Extremo Sul da Bahia

Cimi Na aldeia Acuípe de Baixo do Povo Tupinambá de Olivença, no Sul da Bahia, foi realizado o Encontro de Formação Política “Aldeia na política de forma consciente”. A atividade faz parte do programa de formação da Equipe Sul e Extremo Sul da Bahia, do Cimi Regional Leste. O evento contou com a presença de 65 participantes, sendo que 85% eram de jovens e com maioria do sexo feminino.

O encontro teve como principal elemento motivador das reflexões, o conteúdo da revista Mensageiro de fevereiro de 2018, que tem como tema: “2018 – Aldeia na Política”, publicada pelo Cimi Regional Norte II. Os objetivos do encontro junto ao Povo Tupinambá, também se assemelham aos objetivos estabelecidos pelo Fórum de Educação Escolar Indígena do Amazonas, onde foi construído a maior parte do conteúdo do referido Mensageiro: “Trazer informações e análises para que os povos indígenas possam participar de forma consciente das eleições de 2018, bem como nas próximas eleições; e suscitar o debate nas comunidade e organizações indígenas, ajudando a refletir sobre a importância das eleições e como elas podem afetar os direitos dos povos indígenas”. Os indígenas estudaram os partidos, candidatos, proposições e organizaram o STEI (Superior Tribunal Eleitoral Indígena).

O evento também foi marcado pelo avanço da participação indígena nos pleitos eleitorais entre 1976 a 2016, a partir do trabalho do professor Luís Roberto de Paula: “A Participação indígena em eleições municipais 1976-2016”. O professor Luís vai nos dizer: “Apesar de

pouco conhecido pela opinião pública nacional, ainda timidamente estudado no campo acadêmico e sistematizado de maneira intermitente por entidades de apoio aos povos indígenas, o fenômeno da participação indígena em processos eleitorais municipais já tem uma longa trajetória histórica no Brasil”. “As fontes para o mapeamento dos 583 mandatos indígenas conquistados em pleitos municipais entre 1976 e 2016 nos informam que nas eleições municipais de 1976 foram eleitos para o mandato de vereador sete indígenas (cinco pela ARENA e dois pelo MDB). Quatro décadas depois, nas eleições municipais de 2016, membros de 14 etnias (de um total de 315 existentes no país) conquistavam 136 mandatos, sendo 125 deles como vereador, sete como prefeito e quatro como vice-prefeito<sup>1</sup>. Nesse pleito eleitoral, o PT obteve o maior número dos mandatos indígenas (19), seguido do PMDB (17), PSDB (11), dentre outros partidos”.

O trabalho do professor Luís Roberto de Paula mostra que o total de mandatos indígenas (legislativo e executivo) em eleições municipais alcançados entre 1976 e 2016 foi de 583. Deste conjunto, 518 são mandatos de vereador, 28 de prefeito e 37 de vice. Há alguns raros casos nos quais os mandatos indígenas de prefeito e vice ocorreram no mesmo pleito eleitoral.

A participação indígena em eleições municipais 1976-2016 registra também que dos 583 mandatos indígenas, os Ticuna do Amazonas aparecem em primeiro lugar com 68, seguidos pelo Potiguara da Paraíba com 55, pelos Kaingang (RS) com 43, pelos Xacriabá (MG) com 30. Esses mandatos foram conquistados por mais de 90 etnias, portadoras de estruturas sociais e históricos de

contato interétnico dos mais diversos e em 145 diferentes municípios brasileiros. Esse conjunto de dados, somados por um lado à complexidade burocrática do sistema político-partidário e sua difícil apropriação nativa nos e, por outro, à histórica dificuldade dos partidos políticos em internalizar os cuidados necessários para lidar com a diversidade sociocultural trazida pelos mandatos indígenas, são demonstrações empíricas do quanto se faz necessária a intensificação e a consolidação de uma agenda de pesquisas, ainda tímida, sobre a participação indígena em processos eleitorais no Brasil.

Segundo o professor Luís Roberto de Paula, como é possível antever, a fragmentação que é marca característica do sistema político-partidário nacional, é reproduzida em grande medida quando observamos a distribuição dos mandatos indígenas conquistados, não só ao longo da série histórica (1976-2016), É de certa forma surpreendente nos defrontarmos com o fato de que o partido que possui a maior quantidade de mandatos indígenas conquistados ao longo da série histórica e, como veremos, também nos últimos pleitos eleitorais, é o PT com um total de 104. Seguem-se, pela ordem, o PMDB com 75, e bem mais distantes, o PSDB com 35, o PSB com 26, o extinto PFL com 24 e assim sucessivamente. Partidos novos mais “sintonizados” com a “causa indígena”, como a REDE e PSOL, tiveram eleitos pela primeira vez em 2016 candidatos indígenas ao mandato de vereador, respectivamente, por municípios do Amapá e Amazonas. Destaca-se também o fato de dois mandatos indígenas ao legislativo terem tido o PSTU como partido no pleito de 2004 em um município do estado de Pernambuco. ♦



# O anti-indigenismo como plataforma eleitoreira no RS: o caso do 'Procurador do Estado'

Por Cleber César Buzatto\*, secretário executivo do Cimi

Os Covatti nunca foram 'grandes coisas'<sup>[1]</sup> no município de Frederico Westphalen<sup>[2]</sup>, interior do estado do Rio Grande do Sul. Com todo o respeito aos advogados, 'Covatti pai'<sup>[3]</sup> não passava de um causidico iniciante e mediano. Residente no meio urbano, não era prefeito, nem mesmo vereador daquele município. Visto como 'esperto' e 'perspicaz', quando, ainda na década de 1990, estouraram conflitos na região envolvendo povos indígenas que lutavam há anos pela reconquista de alguns poucos hectares das grandes extensões territoriais que lhes haviam surrupiado no processo colonizatório<sup>[4]</sup>, Covatti percebeu que o tema chamava a atenção de parcela significativa das pessoas daquela região, que haviam já crescido ouvindo coisas ruins sobre os 'bugres'<sup>[5]</sup>. Intuiu que falar mal de 'índios'<sup>[6]</sup> chamaria para si a atenção de muita 'gente boa' e poderia lhe render dividendos políticos. E foi assim, com discursos inflamados e incitantes contra os indígenas, que Covatti pai se projetou politicamente até se eleger Deputado Federal. A plataforma anti-indígena mostrou-se imbatível e foi amplamente usada também para amealhar vagas na Assembleia Legislativa para a esposa<sup>[7]</sup> e na Câmara dos Deputados para o filho<sup>[8]</sup>.

Atual candidato ao Senado, o Deputado Federal Luiz Carlos Heinze (PP-RS) margeava a turma do 'baixo clero' na Câmara dos Deputados. Originário da região sul do estado, onde os povos indígenas foram massacrados historicamente e, por isso, têm pouca presença hoje, elegeu-se defendendo o agronegócio. Ao longo dos mandatos, no entanto, também percebeu que a plataforma anti-indígena poderia lhe servir para ampliar sua base de influência. Não foi por outra razão que se destacou como um dos parlamentares mais agressivos contra os povos indígenas e seus aliados no Congresso Nacional, sendo inclusive responsável pelo conhecido discurso, feito no município de Vicente Dutra em 2013, onde afirmou que "...quilombolas, índios, gays, lésbicas" seriam "tudo o que não presta..."<sup>[9]</sup> (sic). Os 'resultados' desta estratégia política anti-indígena vieram 'a galope'. Foi eleito como o Deputado Federal mais votado do Rio Grande do Sul em 2014, com quase 200 mil votos colhidos em todas as regiões do estado, o que lhe credenciou a ser pré-candidato a governador. As alianças políticas lhe renderam a candidatura ao Senado Federal na disputa eleitoral em curso.

Oriundo do litoral norte do RS, ex-assessor e apadrinhado do então deputado e hoje Ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, Alceu Moreira (MDB-RS), aparentemente, não teria motivos para embrenhar-se na temática indígena. Diante, porém, da decadência do padrinho político nos anos 2000, tomou-lhe a vaga na Câmara dos Deputados e percebeu que, se não ampliasse o raio de influência, logo teria o mesmo



Guarani Mbya na retomada Arado Velho, em Porto Alegre: Candeia decidiu declarar guerra às demandas territoriais indígenas

Alimentar o preconceito e o ódio de parcela da sociedade gaúcha contra povos indígenas e seus aliados para se beneficiar eleitoralmente faz parte da 'tradição' de oportunistas e aproveitadores da boa-fé alheia no Rio Grande do Sul

destino. Em pouco tempo, 'falar mal de índio' virou sua missão de vida. Efusivo e impetuoso, ao se referir aos povos indígenas e a seus aliados, Moreira fala 'com sangue nos olhos'. Seus discursos, como 'rastilhos de pólvora', provocam e inflamam o ódio nas pessoas contra os indígenas não somente no Rio Grande do Sul. A plataforma anti-indígena ajudou a lhe catapultar para ser eleito como o segundo deputado mais votado do RS em 2014.

De uns três anos para cá, um 'procurador do estado' do RS, até então totalmente desconhecido, passou a figurar nas redes e nas rádios com bastante desenvoltura. Despreocupado com a verdade dos fatos, com discursos recorrentes, apelativos e uni-temáticos contra indígenas, suas lideranças e seus aliados<sup>[10]</sup>, o 'procurador' logo passou a ser citado e referenciado por ruralistas já conhecidos, especialmente Luiz Carlos Heinze, como a voz da juridicidade pseudo-imparcial com a qual os mesmos tentavam dourar suas investidas contra a demarcação de terras indígenas no estado. Chamado pelos ruralistas, serviu aos mesmos nas CPIs da Funai/

Inkra, que funcionaram na Câmara dos Deputados no período de novembro de 2015 a maio de 2017.

OLHO Constitucionalmente, a demarcação de terras indígenas é atribuição federal. Que motivos, então, um 'procurador do estado' teria para se envolver com tamanha voluptuosidade nesta temática?

Funcionário do estado pago com dinheiro de impostos dos sul-riograndenses, o 'procurador' não se envergonhou de usar grande parte de seu tempo, nos últimos anos, para 'falar mal de índios'. Como é sabido, a temática da demarcação de terras indígenas, constitucionalmente, é atribuição federal. A Carta Magna de nosso país é inconfundível ao atribuir responsabilidades institucionais ao Ministério Público Federal (MPF) e, portanto, aos Procuradores da República, nesta temática. Que motivos, então, um 'procurador do estado' teria para se envolver, com tamanha voluptuosidade, nesta temática? Adivinhem. Isso mesmo. Como já prevíamos há mais tempo, ele é candidato a Deputado Federal e busca ocupar a vaga do padrinho político, o ruralista Heinze.

Alimentar o preconceito e o ódio de parcela da sociedade gaúcha contra povos indígenas e seus aliados e, concomitantemente, se beneficiar político-eleitoralmente dos mesmos faz parte da 'tradição' de oportunistas e aproveitadores da boa-fé alheia no Rio Grande do Sul. No próximo pleito, em 07 de outubro, veremos se esta estratégia continua 'valendo a pena' ou se os gaúchos dar-se-ão conta, finalmente, dos embustes a que tem sido levados. ♦

\* Natural de Frederico Westphalen, RS, é licenciado em Filosofia e Secretário Executivo do Cimi- Conselho Indigenista Missionário

[1] Expressão usada corriqueiramente no Rio Grande do Sul para se referir a pessoas que não tem muita influência, que não se destacam das demais em qualquer tema específico. Na política, por exemplo.

[2] Nome dado ao município em homenagem ao agrimensor que ajudou no loteamento de terras durante o processo de colonização da região.

[3] Vilson Covatti - Ex-deputado federal pelo PP-RS.

[4] O engenheiro, professor universitário e grande estudioso da temática indígena Moisés Westphalen, filho de Frederico Westphalen, denunciou, a partir de testemunhos do próprio pai e de estudos realizados, inúmeros episódios de esbulho territorial cometidos contra os povos indígenas naquela região. Em 1972, em artigo publicado no 'O Estado de São Paulo', ele afirmou "O governo gaúcho sempre participou da exploração da terra dos índios e a Funai é uma morta-viva. O que estão fazendo com os índios no Rio Grande do Sul é um genocídio, porque eles não podem viver sem terra" (OESP, 28.2.72).

[5] Expressão pejorativa usada de modo generalizado, por não indígenas, para se referir aos indígenas

no Rio Grande do Sul. Trata-se de um arbusto conhecido por provocar alergias e coceiras em muitas pessoas. Algo tido como ruim, que incomoda. Era corriqueiro o uso da referência do 'bugre' para amedrontar as crianças que porventura se afastassem um pouco dos pais ou do quintal da própria casa. Expressões como "Não vai lá que os 'bugres' te pegam e te levam embora dentro dos balaios" eram quase automáticas, usadas a rodo no processo 'educacional' desde os primeiros anos de vida das crianças não-indígenas no estado.

[6] Expressão comumente utilizada de forma genérica para se referir a indígenas, ignorando suas comunidades, organização social e mesmo a que povos pertencem.

[7] Silvana Covatti (PP-RS).

[8] Covatti Filho (PP-RS).

[9] <https://www.youtube.com/watch?v=PjcUOQbuvXU>

[10] <http://deputadoheinze.com.br/index.php/imprensa-top/noticias/1733-pfc> <https://www.youtube.com/watch?v=iw0x0OmLTG4>



# “Esse Guyraroka aqui é nosso”

## Comunidade Guarani Kaiowá busca reverter demarcação anulada no STF

Em caso emblemático, portaria da Terra Indígena Guyraroka foi anulada em 2014 pela Segunda Turma do STF, com base na tese restritiva do marco temporal e sem jamais ouvir a comunidade

Por **Tiago Miotto**, assessoria de comunicação do Cimi

**B**eirando um século de vida, o ancião Tito Vilhalva planeja concluir a construção de uma ogapysy, tradicional casa de reza Guarani e Kaiowá, no tekoha – lugar onde se é – Guyraroka. “Vai ser grande, essa aqui. Essa é a casa de reza legítima, a original”, idealiza ele, que ainda recorda o tempo em que estas construções, que serviam como moradas coletivas e marcavam a disposição das aldeias de seu povo em meio às matas, eram muito comuns na região compreendida hoje pela Terra Indígena (TI) Guyraroka.

À diferença das casas de reza que se esparramavam pelo amplo território Guarani e Kaiowá no tempo “dos antigos”, contudo, a ogapysy arquitetada por seu Tito está sendo erguida numa pequena retomada, estabelecida sobre uma porção ínfima da TI Guyraroka e cercada pelos repetitivos tons de verde das monoculturas de soja, milho e cana das fazendas que hoje se sobrepõem à terra tradicional.

Apesar dos planos que seu Tito e a comunidade do Guyraroka fazem para o futuro da terra indígena, sua demarcação, em estágio avançado, foi anulada em 2014 pela Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), numa decisão amplamente contestada por juristas, antropólogos, indigenistas, pelo Ministério Público Federal (MPF) e pelo próprio movimento indígena.

Buscando reverter a anulação, a comunidade do tekoha Guyraroka ingressou com uma ação rescisória,

endossada pela Procuradoria-Geral da República (PGR). A ação chegou a ser colocada em pauta no plenário virtual do STF, entre os dias 7 e 10 de setembro, quando o ministro Edson Fachin pediu vista do processo. A votação agora ocorrerá no plenário físico, ainda sem uma data definida.

Essa era uma demanda dos indígenas, pois o plenário virtual, plataforma digital em que os ministros apenas depositam seus votos, não permitiria a discussão da pauta. Presentes em Brasília para acompanhar o julgamento interrompido, cerca de 50 Guarani e Kaiowá comemoraram a mudança.

“Como podem dizer que o Guyraroka não existe sem nem nos ouvirem? Pedimos que os ministros ouçam a gente, que ouçam a voz da comunidade”

### 30 anos depois da Constituição, ainda a tutela

Um dos principais questionamentos à decisão é o fato de que os indígenas não foram ouvidos no processo. A comunidade de Guyraroka não só não foi intimada, como teve, duas vezes, sua admissão negada com base no “regime tutelar do índio”, evocado pelo

relator Gilmar Mendes com base na lei de criação da Fundação Nacional do Índio (Funai), de 1967. Esta lei, da época da Ditadura Militar, estabelece que uma das funções do órgão era atuar em nome dos indígenas na Justiça, dando seguimento à perspectiva da “tutela”.

Em nome da suposta proteção dos povos indígenas, o “regime tutelar do índio” considerava-os como “relativamente incapazes” – situação comparável a de adolescentes e pessoas com transtornos mentais, por exemplo.

A tutela foi, ao menos no papel, superada pela Constituição de 1988, que no artigo 232 reconheceu que “os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses”. Apesar da formulação bastante específica, três décadas não bastaram para colocar o texto constitucional em prática.

“Trinta anos depois da promulgação da Constituição, esse debate do acesso dos povos indígenas à justiça, como sujeitos coletivos de direito, está posto. Embora a tutela tenha caído em 1988, o poder Judiciário ainda não assimilou as inovações da Constituição em relação aos povos indígenas e vem tratando eles como tutelados na maioria das ações”, avalia Adelar Cupsinski, integrante da assessoria jurídica do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que advoga pela comunidade de Guyraroka no processo.

O advogado explica que o direito de acesso à Justiça é assegurado por todo o arcabouço constitucional,



Ancião Tito Vilhalva Guarani Kaiowá: memória e presente da ocupação do território tradicional de Guyraroka

Tiago Miotto/Cimi





*“Não ouviram a liderança, nem o nhanderu [rezador], nem sequer mesmo a juventude. Então, pedimos que os ministros ouçam a gente, que ouçam a voz da comunidade Guyaroka”*

porque se trata de um mecanismo para assegurar outros direitos: direito à terra, à moradia, à saúde, à educação. “Se você não tiver a possibilidade de ingressar em juízo para resguardar esses direitos, eles podem acabar não sendo efetivados”, exemplifica.

A manifestação da PGR no processo vai no mesmo sentido, ao defender que é “correta a alegação de nulidade” da decisão pelo fato de a comunidade não ter sido admitida como parte, o que ofende a Constituição.

A ação movida pela comunidade sustenta que a discussão sobre acesso à Justiça envolve também o conceito de dignidade humana, que vem sendo negada aos povos indígenas pelo poder Judiciário.

Na avaliação do coordenador da Sexta Câmara do Ministério Público Federal (MPF), Antônio Carlos Bigonha, trata-se de uma postura que precisa ser abandonada.

“Precisamos encarar o indígena na sua integralidade humana como um cidadão brasileiro, mas como um ator que tem suas próprias demandas, para permitir ao índio essa maioria no contexto democrático, no contexto jurídico. O índio tem que ser senhor dos seus interesses, de suas terras, e prover da forma que for melhor para ele o seu interesse, o seu destino e o seu futuro”, avalia o procurador.

Para Cupsinski, o absurdo da situação legal dos povos indígenas no Brasil evoca a comparação com a situação da população negra que, até a abolição da escravatura, também foi privada do direito de ingressar em juízo.

“Há mais de um século, todos os setores da sociedade brasileira têm o direito de acessar a Justiça, menos um: os povos indígenas. A legislação só possibilitou aos indígenas acessar a justiça em 1988, um século depois de abolida a escravidão”.

Se no campo do Direito a questão suscita debates profundos, para os Guarani e Kaiowá do Guyaroka o problema é ainda mais evidente:

“Como podem dizer que o Guyaroka não existe sem nem nos ouvirem?”, questiona Erleide Domingues, neta de seu Tito e moradora do tekoha Guyaroka. “Não ouviram a liderança, nem o nhanderu [rezador], nem sequer mesmo

a juventude. Então, pedimos que os ministros ouçam a gente, que ouçam a voz da comunidade Guyaroka”.

### Marco temporal

A anulação da portaria declaratória da TI Guyaroka resultou de uma divergência aberta por Gilmar Mendes com o relator do processo, o ministro Ricardo Lewandowski, na qual foi acompanhado pela ministra Cármen Lúcia e pelo ministro Celso de Mello.

A ação foi movida por Avelino Donatti, dono da fazenda Cana Verde, uma das 26 propriedades com títulos sobre a terra indígena Guyaroka – entre elas, a do deputado estadual Zé Teixeira (DEM/MS), com forte atuação parlamentar anti-indígena.

Além de não admitir a participação dos indígenas no processo, a decisão capitaneada por Gilmar Mendes baseou-se na restritiva tese do marco temporal, segundo a qual os indígenas só teriam direito à demarcação das terras que estivessem sob sua posse em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição.

Em seu voto, Gilmar Mendes pinçou uma passagem do relatório de identificação e delimitação da TI Guyaroka, publicado pela Funai em 2004, para sustentar que “há mais de setenta anos não existe comunidade indígena e, portanto, posse indígena”.

De forma bastante conveniente para a demanda ruralista, Gilmar Mendes ignorou outras passagens do relatório, bastante elucidativas das estratégias utilizadas pelos indígenas para permanecer no Guyaroka, mesmo que sem poder usufruir da posse exclusiva de seu território.

“Estratégias individuais de aliança com fazendeiros, muitas vezes se oferecendo para executar trabalhos a preços abaixo do mercado, permitiram que algumas famílias se mantivessem na terra até meados da década de 1970”, relata uma dessas passagens.

O relatório, coordenado pelo antropólogo Levi Marques, contextualiza Guyaroka dentro das modificações por que vinha passando o amplo território Guarani e Kaiowá, do final do século XIX às primeiras décadas do

século XX. Após a Guerra do Paraguai, o governo do então estado de Mato Grosso arrendou cinco milhões de hectares à empresa Cia Matte Larangeiras, que passou a explorar erva mate na região, utilizando muitas vezes a mão de obra indígena em regime análogo à escravidão.

Em 1947, a suspensão do contrato de arrendamento pelo governo estadual foi seguida por imediatas políticas de colonização da área, titulando as terras indígenas Guarani e Kaiowá a particulares e, conforme aponta o laudo, na passagem grifada no voto condutor de Gilmar Mendes, “tornaram inviável a permanência de índios no local”. Não por acaso, segundo o relatório, foi 1947 o ano dos primeiros títulos expedidos sobre a TI Guyaroka.

“Esse marco temporal não existe pro índio! Em 1988 o índio não estava mais aqui, porque os fazendeiros expulsaram, pra derrubar o mato e criar o boi na terra dele”

*Seu Tito Vilhalva*

### Silenciosa resistência

Mendes também passou ao largo das seções do relatório que apontam a continuidade da “retirada dos índios dos fundos das fazendas onde permaneceram refugiados em trechos de matas” até a década de 1980, comprovada com documentos oficiais, e das que citam entrevistas com antigos moradores do Guyaroka, os quais reclamam das limitações da vida nas reservas e demonstram sua disposição de retornar ao seu tekoha.

“Enquanto a comunidade usurpada existir, os direitos às suas terras perduram”, sustenta o constitucionalista José Afonso da Silva. A afirmação foi feita em um parecer jurídico produzido por ele em 2015, no qual aponta a inconstitucionalidade do marco temporal e questiona as decisões da Segunda Turma do STF contra os povos indígenas. →



→ A comunidade de Guyraroka não só continuou existindo como, a partir da década de 1990, buscou retornar para o seu tekoha. Foram alguns anos de acampamento à beira da estrada e duas tentativas frustradas de retorno até que, em 2004, os Guarani Kaiowá estabeleceram-se na retomada da fazenda Lagoa de Ouro – um pedacinho dos 11,4 mil hectares que, naquele mesmo ano, seriam identificados e reconhecidos como parte da TI Guyraroka pela Funai e, cinco anos mais tarde, declarados como terra tradicional pelo ministério da Justiça.

Para Vanessa Araújo, assessora jurídica do Cimi, o relatório de identificação da terra indígenas mostra que os indígenas nunca desistiram do retorno ao Guyraroka. “Mesmo diante da violência, algumas famílias permaneceram trabalhando para fazendeiros ou em acampamentos próximos, numa situação de extrema vulnerabilidade e na expectativa de retornar às suas terras de ocupação originária”, argumenta.

“A história mostra que são múltiplas as formas de resistência indígena diante de situações de expropriação territorial”, afirmou em carta à Segunda Turma do STF a psicanalista Maria Rita Kehl, responsável pela parte do relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) que tratou das violações dos direitos dos povos indígenas entre 1946 e 1988.

Entre outras coisas, o relatório da Comissão cita casos em que os Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul foram “jogados com violência em caminhões

e vendo suas casas queimarem”, durante o período em que foram removidos para as reservas criadas pelo extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI), com a finalidade de liberar suas terras para a colonização.

“Esse marco temporal não existe pro índio!”, indigna-se seu Tito. “Ele fala: 1988, ‘se eu ver o índio lá, eu vou demarcar’. Mas em 1988 o índio não estava mais aqui, porque os fazendeiros expulsaram, pra derrubar o mato e criar o boi na terra do índio. Por isso que ele jogou em cima de nós esse marco temporal”.

### “Vinte anos não são vinte dias”

Insegurança alimentar, sobrevivência em precários acampamentos às margens de movimentadas rodovias, um índice de suicídios altíssimo e recorrentes conflitos com fazendeiros, os quais com frequência resultam em assassinatos de indígenas, são alguns dos fatos que compõem a realidade dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul.

Segundo dados do relatório Violência contra povos indígenas, do Cimi, 44% dos 1.009 assassinatos de indígenas que ocorreram no Brasil entre 2003 e 2016 foram em Mato Grosso do Sul. O estado também lidera no número de suicídios indígenas: entre 2012 e 2016, foram 249 registrados, a grande maioria entre jovens.

Estes números alarmantes relacionam-se com o enorme passivo de demarcações no estado, onde há 28 terras indígenas estagnadas em alguma das etapas do processo demarcatório e ao menos 70 que são reivin-

dicadas e não tiveram ainda nenhuma providência. A maior parte delas pertence aos povos Guarani Nhandeva e Kaiowá, cuja população é estimada, no Mapa Guarani Continental de 2016, em cerca de 64 mil pessoas.

Mesmo em acampamentos e retomadas que conseguem atingir alguma estabilidade, como no caso do tekoha Guyraroka, a proximidade com as lavouras de monocultura tem os seus inevitáveis flagelos.

O intensivo uso de agrotóxicos é um deles, e sua aplicação é percebida imediatamente nos córregos próximos ao Guyraroka, onde os indígenas tomam banho e de cujas nascentes, algumas bem próximas da aldeia, utilizam água para consumo.

“A gente toma mais água das minas do que da caixa d’água, que não é suficiente. Eles passam o veneno, chove e a água que cai na soja lava aquilo lá, penetra no solo e contamina o rio. Tem usinas e empresas aqui perto que passam veneno de avião. E de avião é mais forte ainda”, explica Erileide.

Apesar dos problemas e ainda que num espaço bastante reduzido, a comunidade que vive na retomada de Guyraroka busca superar as adversidades e reproduzir, dentro das possibilidades do dia-a-dia, o modo de vida tradicional.

As “cacinhas” que seu Tito diz ainda ser possível encontrar na área – tatu, capivara, cateto – trazem de imediato a comparação com o passado. “Antigamente tinha mais, tinha onça, abelha, remédios do mato, tudo, né? Aqui nesse Guyraroka não tinha estrada, não tinha ponte, não tinha divisa, não tinha aramado, não tinha nada disso. Só macaco, anta, bichinho que anda no mato – e nós no meio”, diz ele.

As reminiscências também ajudam a tornar o passado mais presente, como o pequeno roçado que mantém vivas para sua esposa, dona Miguela, as rezas ligadas ao plantio. Muita coisa mudou na paisagem, mas a geografia ainda é a mesma, e ela lembra dos passeios da juventude pela região, toda ocupada por indígenas.

“A gente ia passear a pé lá no Taquara [outra terra indígena em processo de demarcação]. Era perto, nós andávamos a pé tudo isso aqui. No tempo dos antigos não tinha pedra, era só um trilheiro, assim. Só tinha casa, ogapysy bem grande”, recorda-se.

Recentemente, um acordo firmado em maio deste ano entre o MPF, a prefeitura de Caarapó (MS) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) definiu a destinação de verbas para a construção de uma escola no Guyraroka, atendendo a uma demanda antiga das cerca de 35 famílias da comunidade, com muitas crianças.

“Entre acampamento na beira da estrada e retomada, já estamos aqui faz vinte anos. Vinte anos não são vinte dias. Tem criança que nasceu e que cresceu aqui, nesse Guyraroka”, reflete Maria Jorge, moradora do Guyraroka.



Tiago Miotto/Cimi

“A história mostra que são múltiplas as formas de resistência indígena diante de situações de expropriação territorial”, afirmou em carta à Segunda Turma do STF a psicanalista Maria Rita Kehl

Assine o  
**PORANTIM**  
 EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

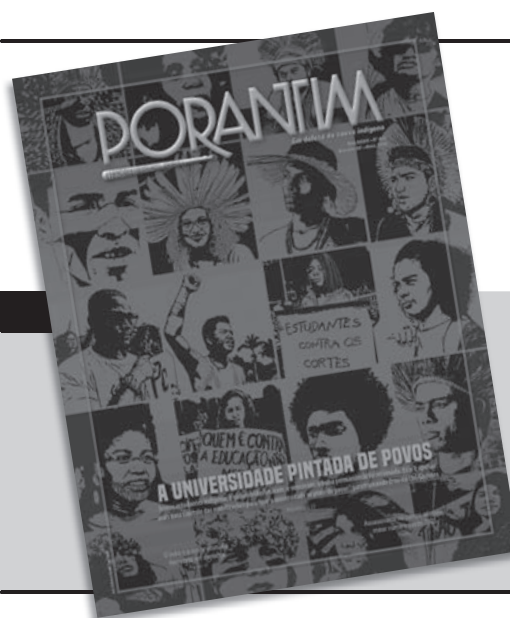
CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco

Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios

SDS - Ed. Venâncio III, salas 309/314 - Asa Sul  
 Brasília-DF - CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655

SKYPE: Adm Jornal Porantim

www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 80

Ass. dois anos: R\$ 130

América Latina: US\$ 55

Outros países: US\$ 90

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!





Povo Guarani Kaiowá do Guyraroká protesta às portas do STF pedindo que a comunidade seja ouvida no processo

## “Esse Guyraroka aqui é nosso, é aqui o nosso lugar”

Seu Tito Vilhalva não sabe precisar com exatidão quantas vezes foi a Brasília lutar pela demarcação de seu tekoha. Segundo seu cálculo, foram pelo menos oito. Sua neta, Erileide Domingues, já conta cinco idas à capital federal. Maria Jorge fecha a conta em quatro viagens, no mínimo.

As possíveis consequências de uma negação do recurso, confirmando a anulação da terra indígena, parecem para eles difíceis de imaginar. “Se anular e tirar nós daqui, vamos para onde? Esse Guyraroka aqui é nosso, é aqui o nosso lugar. Não tem lugar na reserva mais. Querem que a gente volte pra beira da estrada?”, reflete Maria Jorge.

“Se me expulsarem, eu não tenho pra perder nada. Vou ficar embaixo de uma árvore aí. Melhor fechar o mundo e acabar”, resseente-se seu Tito.

Fechar o mundo, no caso, não é só uma figura de linguagem. Seguindo uma folha de papel impressa com a foto de um eclipse em tons sombrios, o ancião recita uma série de catástrofes que as rezas atribuídas a divindades Guarani Kaiowá são capazes de causar.

“Se acontecer o despejo do Guyraroka, com dois, três dias de reza, o escuro já fecha esse sol aí. A reza é para acabar o mundo e os índios também”, avisa. Aos seus olhos, o fim do mundo não é uma medida menos drástica do que a negação de seu tekoha.

Mas se, por um lado, há receio de que a injustiça seja reafirmada pela Corte, por outro, os Guarani e Kaiowá vêm fortalecendo a união em torno do território tradicional e da

comunidade afetada. A última reunião da Aty Guasu, a Grande Assembleia Guarani e Kaiowá, por exemplo, foi realizada entre 21 e 24 de agosto no tekoha de seu Tito e dona Miguela.

“A decisão de anulação do Território de Guyraroká é um atestado de genocídio e de massacre por parte do Estado não só contra as famílias de Guyraroka mas também contra todo nosso povo”, afirma a carta final do encontro. “Se suspenderem nossos territórios no papel, nós os defenderemos com nossas vidas na prática”.

As diversas violações que constam na decisão questionada, assim como as recentes decisões da Corte no sentido oposto, ampliam as expectativas de reversão do julgado, avaliam os advogados da comunidade. A possibilidade de reconhecimento dos indígenas como parte do processo, da mesma forma, pode ser um legado importante para o conjunto dos povos indígenas do Brasil.

“Esta é uma ação extraordinária, de certa forma, porque a autora é a comunidade indígena. Isso vai refletir para todas as demais comunidades do país”, avalia Adelar Cupsinski. “Essa decisão vai beneficiar – ou não – 305 povos, um milhão de pessoas e mais de 1200 terras indígenas”. ♦

## Via inadequada

Outro ponto questionado em relação à decisão da Segunda Turma que anulou a portaria declaratória da TI Guyraroka é a via judicial utilizada, denominada de “mandado de segurança”. Trata-se, explica Cupsinski, de uma via bastante limitada, utilizada para discutir direito líquido e certo com provas pré-constituídas –ou seja, sem a possibilidade de produzir provas novas ou mesmo o agendamento de audiências.

Justamente pela complexidade envolvida na demarcação de terras indígenas, prossegue o advogado, a jurisprudência consolidada pelo STF é de que o mandado de segurança não constitui via adequada para discutir processos envolvendo direitos de comunidades indígenas. Neste sentido, a decisão que anulou a demarcação da terra indígena Guyraroká também é contraditória.

Foi o que ocorreu, por exemplo, com a ação que tentava anular a revisão de limites da Terra Indígena Yvy Katu, também no Mato Grosso do Sul e também Guarani e Kaiowá. Em 2016, sob relatoria do ministro Lewandowski, o plenário do STF decidiu que não era possível aceitar o pedido porque, para isso, “seria necessária a produção de provas, o que não é possível na via do mandado de segurança”.

“A ideia de um direito líquido e certo é completamente antagônica ao processo sofisticado e complexo que é a demarcação de terras indígenas”, sustenta Bigonha.

A PGR também aponta que a lei é explícita ao proibir que esse tipo de recurso seja utilizado duas vezes para discutir o mesmo assunto. Essa é mais uma das fragilidades da decisão da Segunda Turma: em 2013, outro mandado de segurança do mesmo autor contra a demarcação da TI Guyraroka já havia sido negado pela mesma turma do STF, desta vez com relatoria de Lewandowski.

### Ecos de 2014

“São muitas as contradições deste julgado. Houve uma tentativa da Segunda Turma de mudar a jurisprudência do STF. Foi uma tentativa frustrada, que

não se consolidou, porém deixou o caso específico do Guyraroka nessa situação crítica”, explica Adelar.

Essa tentativa de mudança da jurisprudência incluiu, além do julgamento sumário que prejudicou a comunidade Guarani Kaiowá, outras duas decisões daquela turma que, naqueles mesmos meses de 2014, anularam demarcações de terras indígenas: foi o caso da TI Porquinhos, do povo Apãnjekra Kanela, no Maranhão, e da TI Limão Verde, do povo Terena, também no Mato Grosso do Sul, já registrada e sob posse dos indígenas.

Além das consequências graves para as comunidades diretamente afetadas, essas decisões isoladas acabaram sendo incorporadas ao Parecer 001/2017 da Advocacia-Geral da União (AGU), apresentadas pelo órgão do governo Temer como “jurisprudência consolidada” do STF sobre o tema. O Parecer é considerado inconstitucional pelo MPF e vem sendo denunciado pelo movimento indígena como uma medida pró-ruralista criada para paralisar as demarcações.

No período posterior a essas três decisões, no entanto, o pleno da Suprema Corte vêm adotando uma linha de reafirmação do caráter originário dos direitos indígenas e de negação explícita do marco temporal. Foi o que ocorreu no caso do julgamento das Ações Cíveis Originárias (ACOs) 362 e 366, em que a vitória indígena foi unânime, e da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239, em que o rechaço ao marco temporal, na discussão sobre o direito quilombola à terra, foi também marcante.

Para o secretário executivo do Cimi, Cleber Buzatto, manter a anulação de Guyraroka com base no marco temporal pode ser um estímulo a novas ondas de invasões a terras já demarcadas. “O marco temporal legaliza esbulhos cometidos até 1988, o que demonstra que essa prática é vantajosa também em nossos dias”, avalia.

“A anulação do Território de Guyraroká é um atestado de genocídio e de massacre por parte do Estado contra todo nosso povo”

Carta da Aty Guasu, Grande Assembleia Guarani e Kaiowá



# Como amansar a escola? O barro, o jenipapo, o giz

Por José Ribamar Bessa Freire, jornalista, professor e ex-editor do Porantim

Dois mestras Xakriabá que trabalham com barro – dona Libertina Ferro e dona Lurdes Evaristo – foram convidadas pela Faculdade de Arquitetura da UFMG para serem professoras da disciplina *Arquitetura e Cosmociência*. Elas moram na terra indígena de São João das Missões, norte de Minas, e viajaram pela primeira vez a Belo Horizonte. Encerraram o *Programa Saberes Tradicionais* com aulas práticas, construindo no campus Pampulha da Universidade Federal uma casa tradicional de pau-a-pique com pinturas artísticas de pigmentos de toá e telhas de barro. Foi quando um aluno, com calculadora à mão, perguntou:

- Como é que se mede o espaçamento da madeira? Qual a quantidade de barro?

- São três mãos cheias de barro para cada quadrado – foi a resposta de uma das mestras, que encheu a mão e mostrou na hora como se fazia.

Os futuros arquitetos indagaram quanto tempo durava uma casa xakriabá e foram informados que entre quatro a seis anos, dependendo da fase da lua no momento de retirar o barro. Um deles, então, ofereceu uma técnica capaz de manter em pé durante a vida toda casas tão bonitas como aquela.

- Não, meu filho. Obrigado, mas isso é perigoso. Se aceito sua oferta, como é que vou ensinar meus filhos e netos a construir? Não é a casa que tem que durar, mas o conhecimento. A casa usada se desfaz justamente para que eles observem como se faz uma nova. A casa cai, mas se fica a forma de aprender, a gente levanta outras e é assim que o conhecimento permanece, circula e se renova.

A construção da casa, em 2015, foi narrada por Célia Xakriabá Minda Nynthê nesta terça-feira (31), na Universidade de Brasília (UnB) durante a defesa de sua dissertação de mestrado, que discute a reativação da memória e a lógica territorializada, com reflexões epistemológicas sobre os caminhos da educação numa temporalidade marcada pelo barro, o jenipapo e o giz.

## Memória nativa

Célia Nunes Correa, 29 anos, pós-graduada no Mestrado Profissional em Sustentabilidade da Universidade de Brasília (UnB), pesquisou as experiências de educação Xakriabá, um povo que vive em 35 aldeias, com população estimada em torno de 11 mil pessoas, cuja língua original pertence ao tronco Macro Gê. Para isso, ela trabalhou o conceito de **memória nativa**, que é antiga, ancestral e o de **memória ativa**, reativada a partir de matrizes do passado, que estão sendo permanentemente atualizadas.

Na sua infância, quando não existia escola na aldeia, Celinha foi iniciada nas práticas culturais por seus pais: dona Maria e o líder indígena Hilário e pelo avô José de Souza Freire, mestre na linguagem cantada e na entoação de versos – as loas. Esse foi “o tempo do barro”:

- Foram conhecimentos adquiridos e experiências vividas transmitidas pelos mais velhos aos mais novos, importantes na preservação e na construção da identidade. As mãos que moldam um pote ou uma panela



de barro trazem um pedaço do território e toda a sua sabedoria. A gente aprendeu a plantar, coletar, fazer artesanato, principalmente de barro – escreve Célia.

Na sua trajetória de vida, que é também a dos Xakriabá de sua geração, a infância é marcada pelo “barro”, mas a juventude é o “tempo do jenipapo” (grafado com “g” por razões que ela explica), que fornece a tinta usada na pintura, cujos traços são portadores de conhecimento.

- Foi na minha juventude que aprendi com os mais velhos a arte das pinturas corporais. Tentaram tirar de nós essa prática, seja pela proibição, seja pelo constrangimento imposto pelos não-índios. Nesse período de perseguição, os grafismos pintados eram guardados nos objetos de madeira, nas cerâmicas, na memória das pessoas e até nos paredões das cavernas. Eles nunca foram esquecidos. Depois de um tempo os objetos foram desenterrados, reativando a memória e o ritual, segundo depoimento do líder Valdemar Xavier.

## Memória ativa

- Consideramos que cada passo no preparo da tinta é tão importante quanto pintar o corpo, tudo faz parte do ritual de se pintar – escreve Celinha, que cita o pajé Vicente: “Não é só a pele que está sendo pintada, mas o próprio espírito”. No corpo se tece e escreve histórias, se registra saberes. As marcas e os traços tem significados. Quem sabe ler os grafismos, enxerga muito mais que um simples desenho.

O povo Xakriabá mantém forte relação com as pinturas corporais, “para além da pele, para além da estética”. Lá estão registados os benzimentos e as plantas que curam, a observação da natureza, as profecias do tempo, que conseguem prever chuva, sol e outras “temperalidades” na expressão usada por dona Maria, para quem “o tempo deve ser como tempero, cada um tem o seu diferente”.

O “tempo do giz” é marcado pela chegada da escola, no início uma ferramenta colonial de dominação, que usou o apagador para eliminar a memória indígena e para suprimir os ancestrais processos de aprendizagem. Com o quadro assim apagado, o giz só escrevia nele uma versão única da história do Brasil. Quando os Xakriabá perceberam o caráter selvagem, truculento e devorador da escola, decidiram “amansá-la” para utilizá-la em seu favor, com uma perspectiva epistemológica singular, um calendário sociocultural próprio e até o nome com que a escola era batizada.

- Antes, as escolas tinham nomes de gente morta, de políticos, foi uma conquista conseguir nomeá-la com uma palavra na língua Xakriabá. Kanatyó Pataxó diz que as nossas escolas são lugares de conhecimento vivo, por isso não devem ter nome de pessoas mortas, porque a escola tem que inspirar a vida, assim o nosso conhecimento também permanece vivo. Foi assim que começamos a amansar a escola.

## Calendário sociocultural

A pesquisadora discute esse “amansamento” a partir das experiências na *Escola Estadual Indígena Xukurank*, que significa “Boa Esperança”, localizada na aldeia Barreiro Preto, onde ela foi aluna e depois professora de cultura.

Os feriados letivos são outros. Em todas as escolas das aldeias, duas datas são celebradas: 12 de fevereiro, quando foi assassinado, em 1987, o cacique Rosalino na luta pela terra e o 25 de abril, morte do Cacique Rodrigo ocorrida em 2005. Durante as semanas dos dois feriados, os professores trabalham os conteúdos relacionados a esses acontecimentos.

- A *Escola Xukurank* – escreve Célia – está voltada para a realidade do nosso povo, valoriza a cultura, o modo de vida, a história de luta, o manejo do território e as pesquisas com os mais velhos, além de trabalhar as disciplinas curriculares. Seu caráter de educação *subversiva e transgressora* lhe confere um lugar potente de articulação entre saberes. Temos aulas de cultura, de língua e de direitos indígenas, mas também de matérias convencionais com outras metodologias. Em Matemática trabalhamos a geometria das pinturas corporais, em Geografia o mapeamento do território e assim por diante.

Os conhecimentos dos velhos registrados na dissertação de Celinha foram obtidos na Oficina “*Reativadores de memória: memória nativa e memória ativa*”, que ela organizou como forma coletiva mais eficaz do que uma entrevista individual para coletar os saberes tradicionais num espaço interativo, de modo que quando uma pessoa estava contando uma história, a memória de um reativava a memória do outro. Esse foi um diálogo de memórias nativas e ativas. Assim, ela conclui:

- Quanto mais conheço o novo, mais sinto a necessidade de retomar as minhas origens. A experiência do mestrado reforçou mais uma vez a compreensão de como eu mesma me constituo a partir dessas origens: do barro, do jenipapo e do giz. ♦



# Itaipu ameaça despejar comunidade Guarani em Santa Helena, Oeste do Paraná

Por Rafael Nakamura, Assessoria de Comunicação - CTI\*

**A**nos depois da construção da Usina Hidrelétrica que inundou parte do território tradicional Guarani, a Itaipu amplia o cenário de violações de direitos humanos no Oeste do Paraná ao buscar, na justiça, o despejo de comunidades Avá-Guarani que estão retomando seus territórios tradicionalmente ocupados. A empresa convive com um passado que envolve não só o alagamento das áreas das aldeias, inclusive fazendo desaparecer as Sete Quedas, como também, mais recentemente, surgiram denúncias da prática de incendiar casas indígenas adotadas por funcionários da empresa.

Desde o início de agosto a comunidade da aldeia Pyahu Guarani – no município de Santa Helena, Oeste do Paraná – passou a conviver com a ameaça de uma reintegração de posse. Na aldeia vivem atualmente cerca de 30 indígenas, boa parte crianças. A área, reocupada pela comunidade Guarani desde o início do ano, é disputada judicialmente pela Itaipu Binacional que conseguiu uma liminar de reintegração de posse na Justiça Federal em Foz do Iguaçu.

“Não tenho para onde ir com as famílias que estão aqui comigo”, diz Fernando Lopes, cacique do Tekoha Pyahu Guarani. Segundo informações da Assessoria Jurídica da comunidade, o mandado de reintegração já está nas mãos do oficial de justiça em Santa Helena e pode ser cumprido a qualquer momento, deixando os indígenas desabrigados.

“Por favor, vocês que têm poder tenham piedade do povo Guarani. Nossas crianças sofrem demais sem moradia, sem Tekoha”, diz uma carta assinada pelo cacique Fernando Lopes.

Ao mesmo tempo, em Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF), a Justiça federal determinou que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) conclua em definitivo, no prazo máximo de dois anos, os procedimentos de demarcação da Terra Indígena Guarani no município de Santa Helena, além da ampliação da Terra Indígena do Ocoy, reserva comprada pela Itaipu em Foz do Iguaçu.

Além do Tekoha Pyahu, que está em uma área de preservação próxima ao Reservatório da Itaipu, atualmente existem outras quatro aldeias no município de Santa Helena. Outras duas aldeias Guarani estão no município vizinho, em Itaipulândia. Do total de sete aldeias, cinco estão ameaçadas por processos de reintegração de posse movidos pela Itaipu.

A maioria das famílias veio das reservas indígenas compradas pela Itaipu Binacional e pela FUNAI. A compra dos terrenos foi feita após o alagamento de parte do território tradicional Guarani, quando as famílias foram removidas para a construção da Usina Hidrelétrica (UHE). Em nota, veiculada pelo H2Foz, a Itaipu Binacional afirma que as áreas que constituem as reservas indígenas atendiam à demanda das comunidades envolvidas no processo de desapropriação das áreas delimitadas para a formação do reservatório de Itaipu, de Foz do Iguaçu até Guaíra.

O laudo pericial-antropológico, elaborado por Maria Lucia Brant de Carvalho e divulgado pela Comissão Estadual da Verdade do Paraná, indica que a inundação



“Não tenho para onde ir com as famílias que estão aqui comigo”, diz Fernando Lopes, cacique do Tekoha Pyahu Guarani

provocada pelos reservatórios da Itaipu provocou o desaparecimento de 32 aldeias Guarani entre os anos 1940 e 1980 na região Oeste do Paraná. Também nos municípios vizinhos, de Guaíra e Terra Roxa, as memórias das aldeias antigas são vivas até hoje nas comunidades Guarani, conforme reportagem de Isabel Harari e Stefano Wroblewski para a Agência Pública.

Para as comunidades indígenas, as reservas compradas não levaram em consideração o modo de vida Guarani. Em alguns casos não são apropriadas para o plantio, em outras não possuem áreas de caça e coleta. Além disso, são muito pequenas para uma população com dinâmicas próprias de mobilidade e de crescimento populacional.

O relatório da Comissão Estadual da Verdade aponta essas e diversas outras violações de Direitos Humanos contra os Avá-Guarani no Oeste de Paraná por ocasião da construção da Itaipu, na época da Ditadura Civil-Militar, tais como esbulho territorial, remoção forçada, agressões físicas e queimas de casas.

Na falta de uma solução por parte da Itaipu Binacional e na longa espera por um processo de demarcação de uma Terra Indígena na região, as comunidades Guarani passaram a retomar partes de seu território tradicionalmente ocupado.

“Desde que rio Paraná cresceu, a Itaipu não indenizou o indígena e o povo Guarani está sofrendo até

“O relatório da Comissão Estadual da Verdade aponta diversas violações de Direitos Humanos contra os Avá-Guarani no Oeste de Paraná por ocasião da construção da Itaipu, na época da Ditadura Civil-Militar, tais como esbulho territorial, remoção forçada, agressões físicas e queimas de casas”

agora”, afirma outro trecho da carta da comunidade, assinada pelo cacique Fernando.

Para as comunidades Guarani, as novas aldeias nos municípios de Santa Helena e Itaipulândia estão nos poucos espaços que restaram das áreas antigas de ocupação. Buscam na mata e no lago lugares para viver de acordo com seus costumes e tirar desses lugares seu sustento.

“Estamos aqui porque aqui é o melhor lugar. Existe mato, pesca e remédios naturais. Nós muitas vezes dependemos destes remédios”, comenta o cacique na carta.

## Violência contra os indígenas

No município de Santa Helena, as comunidades Guarani passaram a enfrentar hostilidades a partir do momento que decidiram retomar partes de seu território tradicional. No caso do Tekoha Pyahu, o cacique Fernando Lopes já havia relatado ao MPF e à FUNAI ameaças sofridas pela comunidade. No final de abril deste ano, dois indígenas foram ameaçados quando saíram para pescar próximo à aldeia. “Se vocês não saírem, qualquer dia vai morrer um índio ou qualquer criança aqui”, disse o autor das ameaças na ocasião.

Em relatório da Comissão Guarani Yvyrupa, organização indígena do povo Guarani no Sul e Sudeste, em parceria com o Centro de Trabalho Indigenista – CTI, diversas violações de direitos humanos contra os Avá Guarani do Oeste do Paraná foram denunciadas. O relatório fez um levantamento dos casos ocorridos nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, próximos a Santa Helena, onde as comunidades indígenas sofrem formas de discriminação parecidas.

As comunidades das retomadas de terras Guarani também enfrentam um processo de criminalização de sua forma de vida tradicional. Também em Santa Helena, cinco indígenas foram presos por retirar uma taquara, espécie de bambu nativo, em uma ilha formada pelo lago da UHE Itaipu. ♦

\* Publicado originalmente no Le Monde Diplomatique



# A favelização da Amazônia e o caso da TI Karipuna

Por Patricia Fachin, do IHU On-Line

“O Brasil não sabe o que fazer com a Amazônia, essa é a verdade; ele é muito constrangido a não destruí-la, porque sofre uma pressão da comunidade internacional, dada a importância da Amazônia para regulação do clima global. Por isso fica com essa crise de adolescente que não sabe se sai ou se fica em casa”, adverte Danicley de Aguiar, engenheiro agrônomo e membro do Greenpeace para a Amazônia, na entrevista a seguir, concedida por telefone à IHU On-Line.

**IHU On-Line - Qual é a situação da terra indígena Karipuna, localizada a 280 km de Porto Velho (RO), homologada em 1998? Pode nos dar um panorama sobre a situação dos indígenas que vivem nessas terras?**

**Danicley de Aguiar** – Historicamente localizados na bacia do rio Jacy-Paraná, os Karipuna foram contatados nos anos 70 e desde 1998 tiveram seu território homologado pela presidência da República.

O desafio deles é o da sobrevivência: esse é um povo reduzido a 58 pessoas, formado, na sua grande maioria, por jovens e crianças. Eles já foram impactados pelo desmatamento que cercou a área deles, pela hidrelétrica de Santo Antônio, que elevou o nível do rio Jacy-Paraná e os afetou também. Ou seja, eles sofreram uma série de impactos nos últimos 30, 40 anos.

**IHU On-Line - Eles vivem isoladamente ou têm contato com não indígenas?**

**Danicley de Aguiar** – Uma parte do povo vive dentro do território e uma outra parte mudou para a periferia de Porto Velho. Como o número de membros da comunidade foi reduzido ao longo da década de 90, chegando a ter apenas quatro pessoas, eles realizaram casamentos interétnicos com outros povos indígenas e inclusive com não indígenas. Então, uma boa parte do povo vive na cidade de Porto Velho e uma fração importante vive no território, numa única aldeia que era o antigo posto de atração da Funai. Eles estão ali tentando sobreviver à expansão da agropecuária e da extração de madeira. Talvez essa seja a última fronteira para eles, porque não têm para onde ir. Como eles dizem, a situação beira o genocídio, porque as condições para que eles possam se reproduzir foram colocadas em xeque, seja do ponto de vista social ou ambiental.

**IHU On-Line - Como o Estado e a Funai têm acompanhado essa comunidade?**

**Danicley de Aguiar** – O Estado brasileiro, como temos visto nos últimos anos, optou pelo agronegócio e não pela questão indígena. Basta ver o sucateamento da Funai apesar do esforço dos seus servidores públicos para construir e implementar a política indigenista. Todo o processo de sucateamento da Funai gerou fragilidades extremas e o Estado não consegue dar a esse e a outros povos a devida proteção. O território Karipuna ficou exposto a madeireiros que estão roubando milhares de árvores e o Estado não consegue dar a esse povo a real proteção. A política de proteção dos territórios indígenas é uma ficção, porque o Estado, embora tenha um bom marco legal protetivo, não tem dinheiro para implementá-lo. E os servidores ficam de mãos atadas assistindo à invasão desses territórios, porque eles não têm condições de lidar com tanta pressão como vêm lidando nos últimos cinco anos.



**Danicley de Aguiar:** “Temos o desafio de chamar a atenção da sociedade para que ela pressione o Estado a recompor a política indigenista, o orçamento da Funai e do Ibama”

Além da exploração ilegal de madeira, os grandes projetos hidrelétricos, hidrovias e rodovias também ameaçam esses povos. Os Karipuna são diretamente impactados pela Hidrelétrica Santo Antônio e até hoje o processo de compensação desse povo não andou: as ações civis públicas ajuizadas no sentido de forçar o Estado e a Santo Antônio Energia a cumprirem o plano de proteção – o qual se alardeou que seria criado para proteger o território de Karipuna – não foram cumpridas.

O Estado tem sido obrigado pela Justiça a agir: recentemente um juiz federal da vara de Porto Velho deferiu um pedido de liminar do MPF, obrigando o Estado a agir sob decisão judicial, porque não existe uma política e uma decisão proativa do Estado de proteger os indígenas e os territórios deles. No caso dos Karipuna a situação é mais grave, porque são tão poucos e não têm condições de se autodefender, estão espremidos num canto do território, que vai sendo ocupado por madeireiros e por aqueles que se interessam em ver esse território diminuído e transformado em fazenda. É uma situação completamente preocupante, porque a destruição desse território coloca em xeque a vida desse povo, pois sem a floresta eles não têm condições de se reproduzir. Diferentemente dos não indígenas, a floresta é fundamental para a sobrevivência não só física, mas cultural desse povo.

Temos o desafio de chamar a atenção da sociedade para que ela pressione o Estado a recompor a política indigenista, o orçamento da Funai, do Ibama, que fiscaliza os territórios, porque no caminho em que estamos hoje a tendência é que esses territórios sejam, cada vez mais, alvos da exploração ilegal de madeira, grilagem de terras e coisas desse tipo.

**IHU On-Line - Você comentou que, entre as causas do aumento do desmatamento na terra indígena Karipuna, destacam-se a extração ilegal de madeira, a construção de hidrelétricas e a expansão agropecuária. Como tem se dado a expansão do agronegócio na região de Rondônia?**

**Danicley de Aguiar** – O que tem se visto em Rondônia é um avanço da soja, muitas vezes em terras que anteriormente haviam sido ocupadas pela pecuária. Há uma acomodação dessas forças econômicas que privilegiam as commodities e o gado e, portanto, há uma movimentação dessa fronteira. O que se vê em torno

da terra indígena de Karipuna é o aumento do desmatamento: a maior parte da vegetação do entorno da terra indígena foi retirada nos últimos 30 anos.

A fronteira agropecuária está pressionando essa floresta, e quando não existem mais árvores no entorno das terras indígenas, os madeireiros entram nas terras indígenas para desmatar. Isso não ocorre somente na terra indígena de Karipuna, mas a Karitiana e outras terras indígenas em Rondônia também estão sofrendo pressão da exploração de madeira ilegal e grilagem. Quando sobrevoamos o território, além de uma vasta rede de estradas ilegais é possível detectar desmatamento dentro dos territórios. O que temos visto é que há uma pressão para que esses territórios sejam diminuídos e colocados à disposição do mercado de terras, do setor produtivo, como se os indígenas não fossem um setor importante da sociedade brasileira. A impressão é que, se nada for feito, esses territórios serão incorporados à fronteira agropecuária que está na margem dessas terras.

**IHU On-Line - Nesse contexto, que tipos de conflitos existem entre indígenas e não indígenas?**

**Danicley de Aguiar** – Esses conflitos têm se dado historicamente, e em Rondônia eles são uma regra. Hoje vários povos estão sendo provocados por madeireiros, e os Karipuna têm recebido ameaças diretas e indiretas. Então, eles são pressionados a entregar seus territórios para esses setores econômicos. As Unidades de Conservação de Rondônia já passaram por esse processo: muitas delas foram diminuídas e perderam grande parte da sua cobertura florestal, como é o caso de Resex Jacy-Paraná, Distrito de Jaci-Paraná na região do município de Porto Velho. O processo de incorporação desses territórios em Rondônia está em curso e a fronteira agropecuária está demandando que esses territórios sejam incorporados ao processo de produção.

Neste momento em Rondônia há uma forte pressão sobre os povos tradicionais e uma omissão do Estado no sentido de corrigir essa distorção, porque a maioria dos territórios já foi reconhecida pelo Estado, ou seja, não há contestação em torno disso. Se é assim, por que esses territórios que foram homologados estão sendo pressionados? Não se trata de questionar um território que não foi homologado, mas territórios que já foram reconhecidos e que foram homologados pela assinatura do presidente da República, mas nem isso importa mais.



O interesse desses setores se sobrepõem a tudo, mas não é justo que se sobreponha ao direito desses povos de existirem.

O que se discute é o direito do desenvolvimento, do agronegócio. E esses povos não têm direitos? Não se pode alimentar o desenvolvimento com vidas humanas; as vidas humanas estão em primeiro lugar. Não podemos ficar nessa dicotomia de que é impossível se desenvolver enquanto houver povos indígenas; essa é uma dicotomia falsa. É óbvio que é possível desenvolver a Amazônia com toda a sua diversidade de povos. A Amazônia não pode continuar sendo vista como uma fronteira agropecuária, como uma província mineral ou energética. A região é muito mais que isso e tem um papel para muito além disso, como na regulação climática do globo, na conservação da biodiversidade, que será, no século XXI, importante para o desenvolvimento de uma outra economia.

**IHU On-Line - Que tipo de desenvolvimento é possível e desejável para a Amazônia, considerando que existem várias propostas diferentes para a região? O que seria fundamental quando se trata de desenvolver a Amazônia? O que seria civilizar a Amazônia, como você sugere?**

**Danicley de Aguiar** – Quando falo em civilizar a Amazônia me refiro à economia, porque tenho clareza de que o caminho está para ser construído. Não posso dizer que é esse ou aquele caminho, mas ele precisa ser construído em debate com a sociedade amazônica. Qualquer tentativa de se produzir um processo de desenvolvimento para a Amazônia que não seja dialogado com a sociedade local e regional, não vai funcionar, como nunca funcionou. Temos visto uma série de planos econômicos que deram errado porque a sociedade amazônica nunca foi incluída no debate. O processo tem que ser construído dentro das cidades amazônicas, em busca de uma economia diferente, porque a economia que destrói floresta para plantar pasto e commodities não vai funcionar na Amazônia.

Temos a maior zona de biodiversidade do mundo e precisamos ter uma economia pautada na biodiversidade. Se a maior riqueza da Amazônia é a sua biodiversidade, por que a sua economia tem que ser predatória da biodiversidade? Por que a economia da Amazônia tem que ser assentada em produção de grão, energia, minério ou petróleo, se a sua riqueza é a biodiversidade? O resto do mundo tem energia, tem ferro, tem petróleo, tem soja, mas não tem a biodiversidade que o Brasil tem. Nós temos os maiores recursos naturais do mundo e somos incapazes de construir uma economia pautada nessa biodiversidade. Este é o desafio: como construímos uma economia baseada na biodiversidade? Ao passo que isso ocorre, a floresta deixa de ser um passivo para ser um ativo.

O Brasil precisa repactuar o papel da Amazônia: tirá-la desse papel de província mineral e energética e de fronteira agropecuária e dar a ela um papel importante na economia do século XXI. Do contrário, não vamos a lugar algum e



**Delegação de povos indígenas de Rondônia, durante protestos no Congresso nacional, denunciam loteamento da Funai**

vamos continuar presos a essa economia colonial que está na Amazônia desde o século XVII. Este é nosso desafio: como libertamos a Amazônia dessa economia colonial que a aprisiona há mais de 400 anos? Não adianta trazer para a região um modelo econômico que concentra renda, porque agronegócio, hidrelétrica, pecuária concentram renda.

Estamos vivendo hoje uma favelização da Amazônia. Quem vem a Belém e a Manaus percebe que a pobreza explodiu na Amazônia. Os índices de qualidade de vida são os piores do país e com esse modelo econômico isso não vai mudar. Sempre tivemos esses problemas na Amazônia desde a época da colonização. Eu nasci no meio da Amazônia, em Santarém e convivo há 43 anos com essa farsa que o Estado brasileiro montou de que um dia o desenvolvimento chegará à região. Sempre digo que, primeiro, nós amazônidas devemos fazer a tarefa de nos libertar desta síndrome que vivemos, que é a síndrome da eterna espera pelo desenvolvimento. Precisamos entender que o desenvolvimento não vai chegar de fora para dentro, mas se constituir de dentro para fora. Assim vamos criar um novo papel para a região. Até lá temos que continuar combatendo essa economia colonial que está sendo imposta à região.

**IHU On-Line – Você acompanha a situação de Altamira? Durante a construção de Belo Monte muitos especialistas alertavam para o aumento da pobreza e da violência na cidade e hoje fala-se que a situação piorou bastante depois da construção de Belo Monte. Qual é o cenário atual?**

**Danicley de Aguiar** – Faz tempo que não vou lá, mas sempre converso com as lideranças da região. Os problemas de violência continuam, inclusive os índices de violência são alarmantes tais quais os de Belém: aumentou o tráfico de drogas, a prostituição continua, e a pobreza se espalhou de uma maneira que não se tem mais controle. De outro lado, todo o boom do progresso que a construção da hidrelétrica

de Belo Monte traria já zerou e entramos na curva de declínio, ou seja, daqui para frente é “ladeira abaixo” até que o Estado consiga superar os impactos que foram criados. Não vejo, no curto prazo, nenhuma esperança de reverter esse quadro.

Está se discutindo novamente a construção de hidrelétricas na região, mas se tivermos mais uma hidrelétrica no Tapajós, vamos transformar aquela região num inferno. É tão evidente o impacto sobre Altamira, que Santarém, a partir do impacto que Belo Monte trouxe para a região, rejeita a construção da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós. A hidrelétrica na cidade gera empregos temporários durante a construção, mas a energia vai para São Paulo e o ICMS gerado é do destino e não da origem, e o rio será mutilado. Santarém tem uma economia muito forte no ecoturismo e o Tapajós é um

elemento central nessa economia. Nesse sentido, Santarém quer investir mais em ecoturismo e não em hidrelétricas. As hidrelétricas interessam às indústrias de São Paulo e Minas Gerais, mas não a nós que vivemos na região.

Belo Monte não foi uma derrota, mas uma vitória do ponto de vista do debate, porque foi a primeira vez que conseguimos colocar em evidência um debate hidrelétrico no âmbito nacional. Belo Monte expôs esse modelo colonial e esse jeito de olhar a Amazônia como uma província e uma colônia. A sociedade local começou a se questionar sobre o futuro, sobre o que nos trará o desenvolvimento. Hoje a maioria das pessoas que vive em Altamira se arrepende da construção de Belo Monte, porque percebem que a obra só trouxe problemas. Além disso, tem coisas que não se mitigam: não se consegue compensar a perda de cultura de um povo indígena. Se um índio pesca, depois da hidrelétrica ele não consegue mais pescar e isso não tem compensação. Outra coisa que não tem compensação é o fato de a filha do moto-taxista ter se prostituído ou ter sido violentada. Isso não tem como compensar e não está na conta do plano de mitigação das hidrelétricas.

1. O território Karipuna ficou exposto a madeireiros que estão roubando milhares de árvores e o Estado não consegue dar a esse povo a real proteção
2. A Amazônia não pode continuar sendo vista como uma fronteira agropecuária, como uma província mineral ou energética
3. Se a maior riqueza da Amazônia é a sua biodiversidade, por que a sua economia tem que ser predatória da biodiversidade?
4. O Estado virou sócio da mineração, das hidrelétricas e do agronegócio na Amazônia, porque é o Estado brasileiro quem vai abrindo caminho para esses projetos chegarem



**Em Brasília, liderança Karipuna mostra com mapas georreferenciados o tamanho da destruição de seu território**

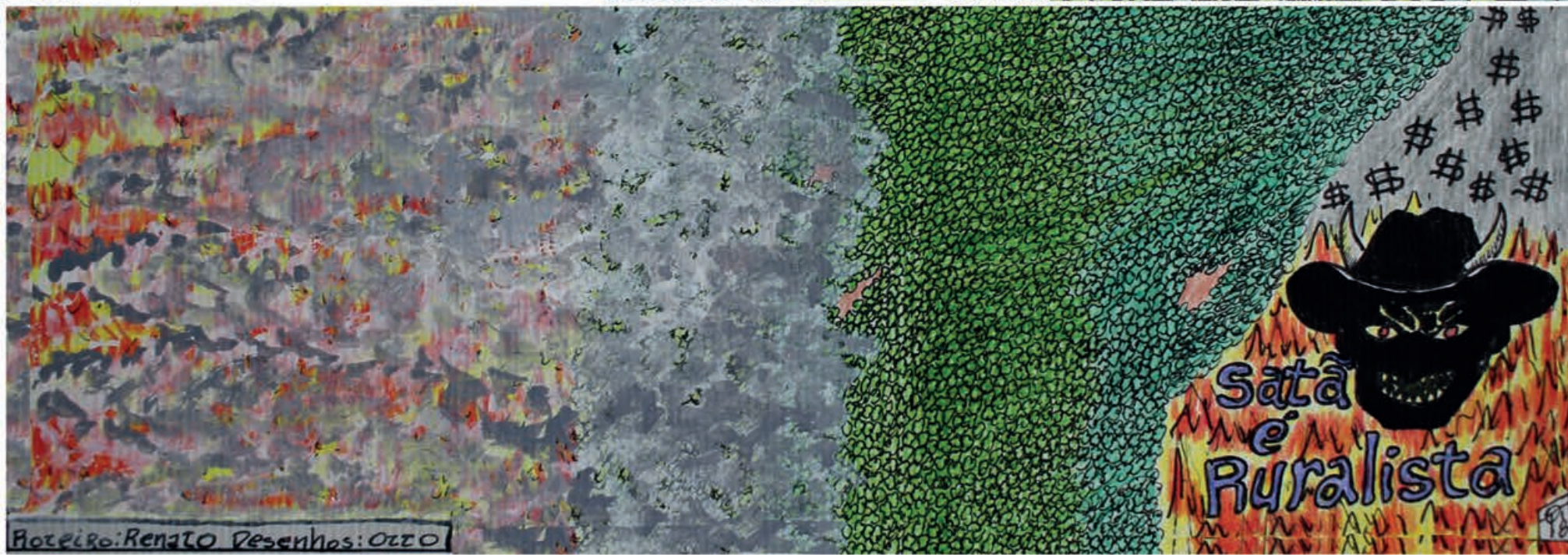
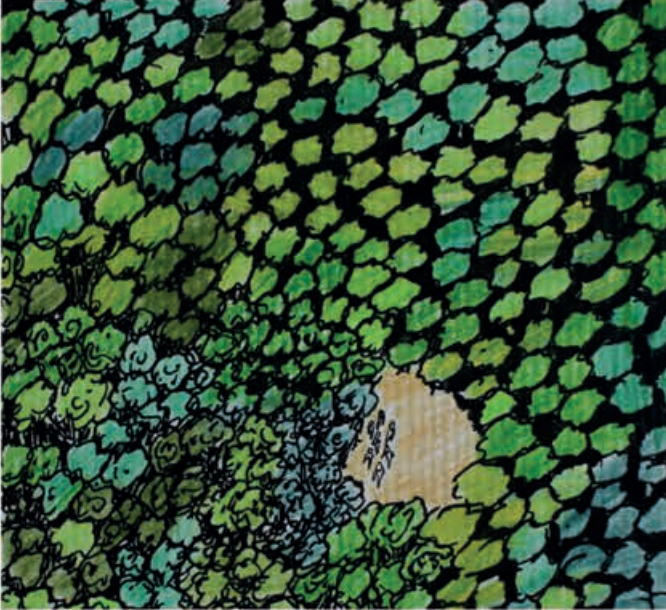
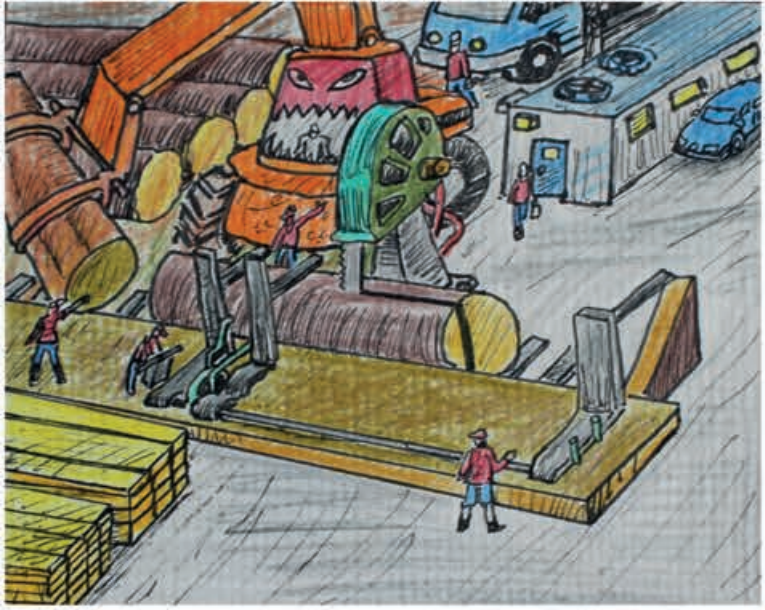
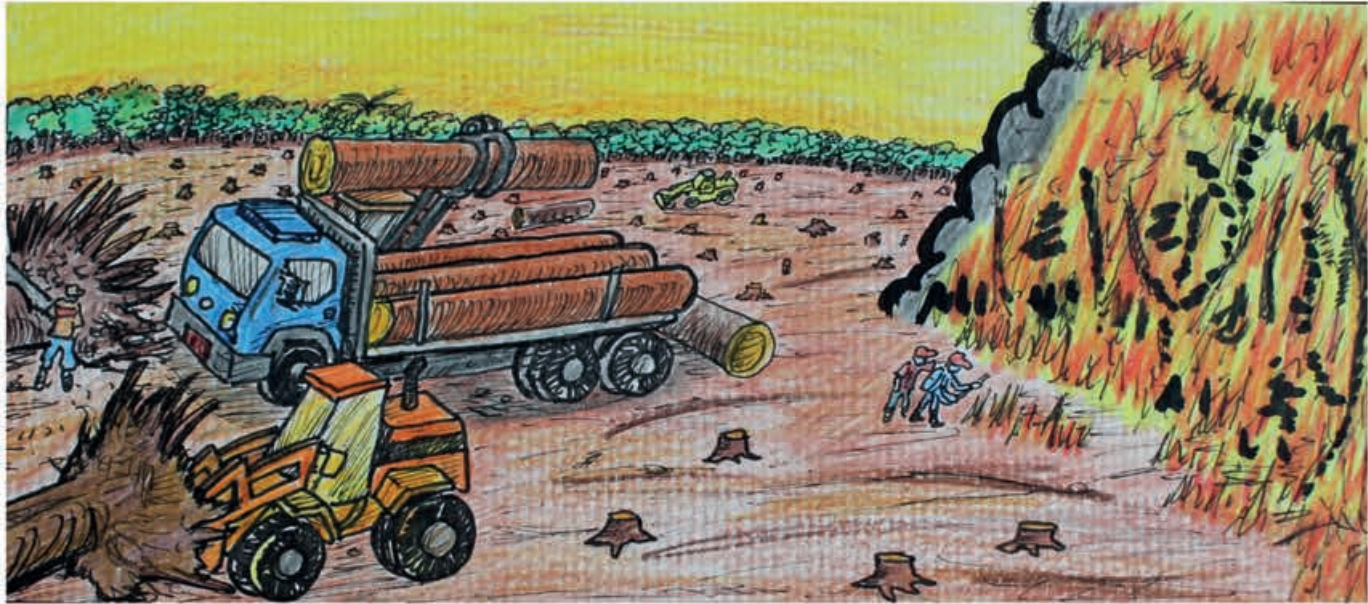


**Fotos georreferenciadas evidenciam áreas invadidas e o roubo de madeira dentro da Terra Indígena Karipuna | Fonte: Greenpeace**



incEN  
DIO

Terra Indígena Araribóia, Sudoeste do Maranhão!



Fonte: Renato Desenhos: Ozzo